

## Aristóteles, *Primeiros Analíticos* II, 1-4: tradução e notas\*

Tomás Troster\*\*

This is an annotated translation of the first four chapters of the second book of Aristotle's *Prior Analytics*. I aim to offer Portuguese-speaking readers a clear text with complementary materials to elucidate and contextualize Aristotle's work, fulfilling a significant gap in the Lusophone bibliographical universe. To do this, I have taken Ross's edition of the Aristotelian text as a basis – in which I have made some small changes – and compared my work with a series of existing translations and commentaries on the text.

### *Apresentação*

Na introdução de sua recente tradução para o italiano, Milena Bontempi descreveu os *Primeiros Analíticos* não só como “o primeiro texto de lógica formal”, mas também como a obra que “exerceu a influência mais decisiva na história da lógica pós-aristotélica”.<sup>i</sup> Por outro lado, no prefácio de sua tradução francesa, Michel Crubellier destaca que os *Primeiros Analíticos* foram historicamente tratados como um livro cuja leitura não seria *obrigatória*. Prova disso seriam os inúmeros manuais e comentários – escritos ao longo de mais de dois mil anos após a redação do texto do filósofo grego – que reconstruíram, complementaram e reformularam o conteúdo da obra, como se tais livros pudessem substituir o estudo do texto original. Se é verdade que, durante séculos, a filosofia da lógica “foi como um conjunto de

---

\* A presente tradução é o primeiro fruto de uma pesquisa de pós-doutorado realizada no Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas e Vernáculas, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Sendo esta uma primeira versão da tradução – que futuramente será expandida e possivelmente publicada em livro –, quaisquer críticas ou sugestões que ocorram a vocês, leitores e leitoras, serão muito bem-vindas. Quero agradecer a todos aqueles que contribuíram para blindar esta tradução de diversos erros e também para que ela se tornasse mais clara. Agradeço especialmente ao meu supervisor de pós-doutorado, Daniel Lopes, a Christian Perret, Catherine Menezes, Rodrigo Menezes, Dionatan Tissot, Fernando Gazoni, ao parecerista anônimo que revisou este trabalho e a Marco Zingano – que colaborou diretamente para a elaboração da primeira versão do projeto desta tradução. *At last but not the least*, agradeço ao CNPq, que generosamente financiou a pesquisa que resultou nesta tradução.

\*\* Professor da Universidade de Brasília – e-mail: [troster@gmail.com](mailto:troster@gmail.com).

<sup>i</sup> Bontempi, 2016, p. 275.

notas de rodapé dos *Analíticos*<sup>ii</sup>, também é certo que sua fonte primária nem sempre recebeu a devida atenção.

O objetivo desta tradução – que é a primeira de uma série de traduções dos textos dos *Primeiros Analíticos* que planejo fazer – é preencher uma lacuna significativa no universo bibliográfico em língua portuguesa<sup>iii</sup>, oferecendo aos leitores lusófonos um texto claro e com materiais complementares para elucidar e contextualizar a obra de Aristóteles. Acompanhada do texto grego editado por Ross (com poucas intervenções, que foram sempre destacadas), minha tradução e as notas pretendem falar por si mesmas.

Sobre o conteúdo dos quatro primeiros capítulos do segundo livro dos *Primeiros Analíticos*, o capítulo que abre a série se dedica a apresentar os casos nos quais é possível extrair mais de uma conclusão a partir de um par de premissas, tanto pela conversão da conclusão original, quanto pela substituição de alguma premissa, explorando outro termo contido em um dos termos da dedução original. O grupo dos três capítulos seguintes examina os casos nos quais é possível deduzir uma conclusão verdadeira a partir de premissas falsas – sendo a primeira figura objeto do capítulo 2, a segunda, do capítulo 3, e a terceira, do capítulo 4. No início do capítulo 2, também encontramos uma exposição sobre a impossibilidade de se deduzir uma conclusão falsa de premissas verdadeiras e, nas últimas linhas do capítulo 4, uma apresentação sobre a impossibilidade de se deduzir uma mesma conclusão de um fato e de sua negação. Não menos digno de nota é que, despreziosamente, Aristóteles apresenta *en passant* alguns argumentos proposicionais, como *modus tollens* e *silogismo hipotético*.

---

<sup>ii</sup> Crubellier, 2014, p. 7.

<sup>iii</sup> Embora existam duas traduções para o português dos *Primeiros Analíticos* – publicadas por Pinharanda Gomes, em 1986, e Edson Bini, em 2005 –, nenhuma delas foi feita diretamente da língua original (Gomes assume que se valeu da tradução francesa de Tricot; e Bini, ainda que afirme ter traduzido a obra do grego, fez adaptações literais e absorveu sem grande cerimônia várias notas da versão inglesa de Tredennick). Além disso, ambas oferecem pouquíssimos recursos adicionais para a compreensão do texto.



τὸ συμπέρασμα μόνον. αἰ μὲν γὰρ ἄλλαι προτάσεις ἀντιστρέφουσιν, ἡ δὲ στερητικὴ οὐκ ἀντιστρέφει. τὸ δὲ συμπέρασμα τὶ κατὰ τινός ἐστιν, ὥσθ' οἱ μὲν ἄλλοι συλλογισμοὶ πλείω συλλογίζονται, [10] οἷον εἰ τὸ A δέδεικται παντὶ τῷ B ἢ τινί, καὶ τὸ B τινὶ τῷ A ἀναγκαῖον ὑπάρχειν, καὶ εἰ μηδενὶ τῷ B τὸ A, οὐδὲ τὸ B οὐδενὶ τῷ A, τοῦτο δ' ἕτερον τοῦ ἔμπροσθεν· εἰ δὲ τινὶ μὴ ὑπάρχει, οὐκ ἀνάγκη καὶ τὸ B τινὶ τῷ A μὴ ὑπάρχειν· ἐνδέχεται γὰρ παντὶ ὑπάρχειν.

[53a3] Considerando que algumas deduções são universais e outras são parciais<sup>6</sup>, [5] todas as universais deduzem sempre várias conclusões, ao passo que, entre as parciais, as categóricas<sup>7</sup> deduzem várias conclusões e as negativas uma única conclusão. Isso porque as outras proposições convertem, mas a proposição parcial privativa<sup>8</sup> não. E a conclusão diz algo a respeito de algo, de modo que as outras deduções deduzem várias conclusões.<sup>9</sup> [10] Por exemplo: se se mostrou que A se atribui a todo ou a algum B, é necessário que B se atribua a algum B; e, se se mostrou que A não se atribui a nenhum B, tampouco B se atribui a nenhum

---

<sup>6</sup> Embora a grande maioria dos tradutores se habituaram a verter as expressões “κατὰ μέρος” (aqui presente) e “ἐν μέρει” como “particular”, optei pelo termo “parcial”, tal como Taylor o fez em sua tradução inglesa de 1807. Ora, literalmente, ambas as expressões significam “em parte”. Aristóteles as usa para designar um tipo específico de proposição (ou conclusão de uma dedução), que é aquele que se “atribui a algum” sujeito de um determinado tipo, “não se atribui a algum” ou “não se atribui a todo”. Ao apresentar esse tipo de proposição (*Pr. An.* I, 1, 24a18-19), o filósofo o distingue de outros dois tipos: *universal* ou “καθόλου” – cujo predicado se atribui a todo ou a nenhum determinado sujeito – e *indefinido* ou “ἀδιόριστος” – que se atribui a um determinado sujeito sem referência explícita ao todo ou à parte, como no caso de “prazer não ser um bem”. Além da confusão criada com outro tipo completamente diferente de seres “particulares” – os “καθ’ ἕκαστα”, também traduzidos como “singulares” ou “individuais”, por exemplo, “Sócrates” ou “Cálias” –, traduzir “ἐν μέρει” como “particular” também ocultaria a relação de subalternância que uma proposição de tal tipo possui em relação à sua universal correspondente.

<sup>7</sup> Em grego, “κατηγορικοί” – usado aqui como sinônimo de “afirmativas” (ou “καταφατικοί”). Também seria possível traduzir “κατηγορικοί” literalmente, como “predicativas” ou “acusativas”, ou “positivas”, como optou Smith.

<sup>8</sup> Em grego, “στερητική” – usado aqui como um sinônimo de “negativa” ou “ἀποφατική”, ou seja, que declara que determinado sujeito *não possui* ou *é privado* de certo predicado.

<sup>9</sup> Evidentemente, o “de modo que” (“ὥσθ’”) se refere ao fato de as outras proposições serem convertíveis – e não ao fato de a conclusão dizer “algo a respeito de algo” (“τὶ κατὰ τινός”). Quer dizer, não é porque uma conclusão *diz algo a respeito de algo* que as outras deduções (que têm uma conclusão universal afirmativa, universal negativa ou parcial afirmativa) deduzem mais de uma conclusão, mas sim porque as conclusões dessas outras deduções são passíveis de conversão.

<sup>10</sup> Lembrando que, no capítulo 2 do livro I, Aristóteles mostra que proposições afirmativas são sempre convertíveis. A partir de uma proposição como “A se atribui a algum B” sempre se pode inferir que “B se atribui a algum A” (ou se “algum B é A”, logo, “algum A é B”); e, de “A se atribui a todo B”, é sempre possível inferir que “B se atribui a algum A” (ou se “todo B é A”, logo, “algum A é B”) (conversão por limitação) – por exemplo: se “todo triângulo é polígono” é possível inferir que “algum polígono é triângulo”.

A – sendo isso diferente do que foi colocado anteriormente.<sup>11</sup> Mas se A<sup>12</sup> não se atribui a algum B, não é necessário que B também não se atribua a algum A – pois é possível que B se atribua a todo A.<sup>13</sup>

[53a15] Αὕτη μὲν οὖν κοινὴ πάντων αἰτία, τῶν τε καθόλου καὶ τῶν κατὰ μέρος· ἔστι δὲ περὶ τῶν καθόλου καὶ ἄλλως εἰπεῖν. ὅσα γὰρ ἢ ὑπὸ τὸ μέσον ἢ ὑπὸ τὸ συμπέρασμα ἐστίν, ἀπάντων ἔσται ὁ αὐτὸς συλλογισμὸς, ἐὰν τὰ μὲν ἐν τῷ μέσῳ τὰ δ' ἐν τῷ συμπεράσματι τεθῆ, οἷον εἰ τὸ A B [20] συμπέρασμα διὰ τοῦ Γ, ὅσα ὑπὸ τὸ B ἢ τὸ Γ ἐστίν, ἀνάγκη κατὰ πάντων λέγεσθαι τὸ A· εἰ γὰρ τὸ Δ ἐν ὄλῳ τῷ B, τὸ δὲ B ἐν τῷ A, καὶ τὸ Δ ἔσται ἐν τῷ A· πάλιν εἰ τὸ E ἐν ὄλῳ τῷ Γ, τὸ δὲ Γ ἐν τῷ A, καὶ τὸ E ἐν τῷ A ἔσται. ὁμοίως δὲ καὶ εἰ στερητικὸς ὁ συλλογισμὸς.

[53a15] Essa causa, então, é comum a todas as deduções que fornecem várias conclusões, tanto as universais quanto as parciais.<sup>14</sup> Há, no entanto, outra coisa<sup>15</sup> que se pode dizer sobre as universais.<sup>16</sup> Com efeito, para todos os termos que estiverem sob o termo médio ou sob termo da conclusão<sup>17</sup>, haverá a mesma dedução de todos eles, caso sejam colocados uns no termo

<sup>11</sup> Quer dizer, concluir que “A não se atribui a nenhum B” é diferente de concluir que “B não se atribui a nenhum A” e, portanto, se se conclui uma proposição desse tipo (universal negativa), é possível dizer que tal dedução propicia mais de uma conclusão – e, conseqüentemente, tal dedução propicia diferentes conclusões. O mesmo se pode dizer de conclusões como “A se atribui a todo B” e “A se atribui a algum B”.

<sup>12</sup> Com o objetivo de facilitar a compreensão do texto, acrescentei (ocorrências explícitas de alguns) termos que estão subentendidos.

<sup>13</sup> Tome-se como exemplo “zebra [A] não se atribui a algum animal [B]” (ou “algum animal [B] não é zebra [A]”), cuja conversão seria “animal [B] não se atribui a alguma zebra [A]” (ou “alguma zebra [A] não é animal [B]”) – quando, na verdade, animal [B] se atribui a toda zebra [A] (ou seja, toda zebra [A] é animal [B]).

<sup>14</sup> Quer dizer, se a conclusão de uma dedução é convertível, então, tal convertibilidade seria a causa da pluralidade de conclusões dessa dedução, independentemente de ela ser universal ou parcial.

<sup>15</sup> Literalmente, aqui Aristóteles não diz que há “outra coisa”, mas sim “outro modo” (“ἄλλως”) de se falar sobre a pluralidade de conclusões das deduções universais. No entanto, como se vê na sequência do capítulo, trata-se de uma outra razão pela qual as deduções universais produzem mais de uma conclusão. Vale a pena citar um trecho do comentário de Smith sobre a passagem 53a3-53b3: “Em 53a3-14, Aristóteles mostra que uma conclusão adicional pode ser derivada de diversas formas dedutivas por conversão. Por outro lado, em 53a15-b3, ele está interessado nas conclusões que são deduzidas de uma dedução original com o acréscimo de uma outra premissa. É difícil entender como essas afirmações se relacionam com quaisquer outros projetos dos *Primeiros Analíticos*, ou como exatamente elas se relacionam uma com a outra. É possível conceber que ele esteja tentando explorar como uma coleção de deduções se encaixaria na estrutura de toda uma ciência demonstrativa” (p. 183).

<sup>16</sup> Vale destacar que, para Aristóteles, existem basicamente quatro deduções universais: AAA-1 (*Barbara*), EAE-1 (*Celarent*), EAE-2 (*Cesare*) e AEE-2 (*Camestres*). Ao mencionar, logo a seguir, as deduções que podem ser obtidas com “termos que estiverem sob o termo médio”, ele claramente se refere às duas deduções universais da primeira figura (*Barbara* e *Celarent*) – já que, no próximo parágrafo, ele destaca que a mesma operação só funciona na segunda figura com termos que estão sob o termo da conclusão.

<sup>17</sup> Embora Aristóteles use aqui apenas “conclusão” (e não “termo da conclusão”), como bem observou Waitz (*apud* Tricot), o filósofo não se refere à conclusão em si mesma, mas sim ao termo ao qual se

médio e os outros no termo da conclusão.<sup>18</sup> Por exemplo<sup>19</sup>: se AB [20] é uma conclusão por meio de C, para todos os termos que estiverem sob B ou sob C, necessariamente A será dito deles. Pois se D estiver inteiramente em B, e B em A, também D estará em A. Novamente, se E estiver inteiramente em C, e C em A, também E estará em A. E de modo similar também ocorre se a dedução for privativa.<sup>20</sup>

---

atribui o predicado da conclusão, quer dizer, o termo menor. Adotei a solução de Smith, que traduz “συμπέρασμα” nesta passagem por “conclusion-term”.

<sup>18</sup> Por “uns... e os outros...” (“τὰ μὲν... τὰ δ’...”), Aristóteles simplesmente se refere aos mesmos termos logo antes mencionados, que se encontram, respectivamente, sob o termo médio e sob o termo da conclusão (e não que os termos que se encontram sob o termo médio sejam colocados no termo da conclusão e vice-versa).

<sup>19</sup> O exemplo oferecido por Aristóteles é construído na forma AAA-1 (ou *Barbara*). Se uma dedução tem como conclusão AB – “A se atribui a todo B” (ou “todo B é A”) –, que é alcançada através do termo médio C – ou seja, através das premissas (i) “A se atribui a todo C” (ou “todo C é A”) e (ii) “C se atribui a todo B” (ou “todo B é C”) –, logo, todos os termos que estiverem sob B ou C também terão A como predicado. Ora, “se D estiver inteiramente em B”, podemos deduzir que “A se atribui a todo D” (ou “todo D é A”), com base nas premissas (iii) “A se atribui a todo B” (conclusão da dedução original, obtida a partir de i e ii) e (iv) “B se atribui a todo D” (ou “todo D é B”). Por exemplo: tomemos A como *animal*, C, *mamífero*, B, *cão*, e D, *rottweiler*; tendo concluído que (iii) “*animal* [A] se atribui a todo *cão* [B]” (ou “todo *cão* é *animal*”) (por intermédio do termo C, *mamífero*) e assumindo (iv) “*cão* [B] se atribui a todo *rottweiler* [D]” (ou “todo *rottweiler* é *cão*”), podemos concluir (v) “*animal* [A] se atribui a todo *rottweiler* [D]” (ou “todo *rottweiler* é *animal*”).

Já “se E estiver inteiramente em C”, então, é possível concluir que “A se atribui a todo E” (ou “todo E é A”), com base nas premissas (i) “A se atribui a todo C” (ou “todo C é A”) (premissa maior da dedução original) e (vi) “C se atribui a todo E” (ou “todo E é C”). Por exemplo: tomemos A como *animal*, C, *mamífero*, e E, *gato*; partindo de (i) “*animal* [A] se atribui a todo *mamífero* [C]” (ou “todo *mamífero* é *animal*”) e assumindo também (vi) “*mamífero* [C] se atribui a todo *gato* [E]” (ou “todo *gato* é *mamífero*”), concluímos (vii) “*animal* [A] se atribui a todo *gato* [E]” (ou “todo *gato* é *animal*”).

Embora Aristóteles tenha dito logo antes que, em casos como esses, “haverá a *mesma* dedução”, considerando que os termos são outros, a dedução não seria exatamente a mesma, ainda que tenha a mesma *forma* dedutiva.

<sup>20</sup> Aristóteles se refere a EAE-1 (ou *Celarent*). Para ilustrar o que o filósofo diz, tomemos como base a seguinte dedução: (i) “A não se atribui a nenhum C” (ou “nenhum C é A”) e (ii) “C se atribui a todo B” (ou “todo B é C”), tendo como conclusão (iii) “A não se atribui a nenhum B” (ou “nenhum B é A”). Ora, se um termo E estiver inteiramente contido em C, também se conclui que “A não se atribui a nenhum E”, com base nas premissas (i) “A não se atribui a nenhum C” e (iv) “C se atribui a todo E” (ou “todo E é C”). Por exemplo: tomemos A como *sapato*, C, *mamífero*, e E, *gato*; partindo de (i) “*sapato* [A] não se atribui a nenhum *mamífero* [C]” (ou “nenhum *mamífero* é *sapato*”) e assumindo também (iv) “*mamífero* [C] se atribui a todo *gato* [E]” (ou “todo *gato* é *mamífero*”), concluímos (v) “*sapato* [A] não se atribui a nenhum *gato* [E]” (ou “nenhum *gato* é *sapato*”).

Por outro lado, se um termo D estiver inteiramente em B, logo, é possível concluir que “A não se atribui a nenhum D”, a partir de “A não se atribui a nenhum B” e “B se atribui a todo D”. Por exemplo: tomemos A como *sapato*, C, *mamífero*, B, *cão*, e D, *rottweiler*; tendo concluído (iii) “*sapato* [A] não se atribui a nenhum *cão* [B]” (ou “nenhum *cão* é *sapato*”) (por intermédio do termo *mamífero* – quer dizer, com base nas premissas i e ii) e assumindo (vi) “*cão* [B] se atribui a todo *rottweiler* [D]” (ou “todo *rottweiler* é *cão*”), podemos concluir (vii) “*sapato* [A] não se atribui a nenhum *rottweiler* [D]” (ou “nenhum *rottweiler* é *sapato*”).

[53a25] ἐπὶ δὲ τοῦ δευτέρου σχήματος τὸ ὑπὸ τὸ συμπέρασμα μόνον ἔσται συλλογισασθαι, οἷον εἰ τὸ A τῷ B μηδενί, τῷ δὲ Γ παντί· συμπέρασμα ὅτι οὐδενὶ τῷ Γ τὸ B. εἰ δὴ τὸ Δ ὑπὸ τὸ Γ ἔστί, φανερόν ὅτι οὐχ ὑπάρχει αὐτῷ τὸ B· τοῖς δ' ὑπὸ τὸ A ὅτι οὐχ ὑπάρχει, οὐ δὴλον διὰ τοῦ συλλογισμοῦ. [30] καίτοι οὐχ ὑπάρχει τῷ E, εἰ ἔστιν ὑπὸ τὸ A· ἀλλὰ τὸ μὲν τῷ Γ μηδενὶ ὑπάρχειν τὸ B διὰ τοῦ συλλογισμοῦ δέδεικται, τὸ δὲ τῷ A μὴ ὑπάρχειν ἀναπόδεικτον εἴληπται, ὥστ' οὐ διὰ τὸν συλλογισμὸν συμβαίνει τὸ B τῷ E μὴ ὑπάρχειν.

[53a25] Na segunda figura, porém, será possível deduzir mais conclusões apenas dos termos que estiverem sob o termo da conclusão.<sup>21</sup> Por exemplo: se A não se atribui a nenhum B, mas A se atribui a todo C, conclui-se que B não se atribui a nenhum C.<sup>22</sup> Ora, se D está sob C, é evidente que B não se atribui a nenhum D.<sup>23</sup> Porém, que B não se atribua aos termos que estão sob A, isso não é evidente pela dedução. [30] No entanto, se E está sob A, B não se atribui a nenhum E. Mas antes se mostrou por dedução que B não se atribui a nenhum C, ao passo que agora se apreende sem demonstração que B não se atribui a nenhum A, de modo que não é pela dedução que se segue<sup>24</sup> que B não se atribui a nenhum E.<sup>25</sup>

<sup>21</sup> Aqui, o que o Aristóteles diz poderia ser traduzido de modo mais literal como: “será possível deduzir apenas o que estiver sob a conclusão”. Novamente, traduzi como “termo da conclusão” o que Aristóteles designa simplesmente pela palavra “conclusão” (“συμπέρασμα”). O mesmo ocorre nos próximos parágrafos.

<sup>22</sup> Trata-se de EAE-2 (ou *Cesare*), que Aristóteles apresenta no início de I, 5, convertendo esta dedução a *Celarent* (ou EAE-1): “seja, pois, M predicado de nenhum N e de todo O; uma vez que a premissa privativa [“M não se atribui a nenhum N”] é convertível [ou seja, uma vez que “N não se atribui a nenhum M”], N não se atribuirá a nenhum O” (27a5-7). Exemplificando: se (i) “mamífero [A] não se atribui a nenhum sapato [B]” (ou “nenhum sapato é mamífero”) – consequentemente, (i') “sapato [B] não se atribui a nenhum mamífero [A]” (ou “nenhum mamífero é sapato”) – e (ii) “mamífero [A] se atribui a todo cão [C]” (ou “todo cão é mamífero”), portanto, (iii) “sapato [B] não se atribui a nenhum cão [C]” (ou “nenhum cão é sapato”).

<sup>23</sup> O ponto de partida é EAE-2: (i) “A não se atribui a nenhum B” (ou “nenhum B é A”) e (ii) “A se atribui a todo C” (ou “todo C é A”), portanto, (iii) “B não se atribui a nenhum C” (ou “nenhum C é B”). Ora, se é certo que (ii) “A se atribui a todo C” e existe um termo D inteiramente contido em C – ou seja, se é verdade que (iv) “C se atribui a todo D” (ou “todo D é C”) –, logo, também é certo que (v) “A se atribui a todo D” (ou “todo D é A”). Consequentemente, também é possível concluir (vi) “B não se atribui a nenhum D” (ou “nenhum D é B”), simplesmente substituindo C por D na dedução. Por exemplo: se (i) “mamífero [A] não se atribui a nenhum sapato [B]” (ou “nenhum sapato é mamífero”) e (v) “mamífero [A] se atribui a todo rottweiler [D]” (ou “todo rottweiler é mamífero”), portanto, (vi) “sapato [B] não se atribui a nenhum rottweiler [D]” (ou “nenhum rottweiler é sapato”).

<sup>24</sup> Esta ocorrência de “συμβαίνει” (“se segue”) também poderia ser traduzida como “se conclui”.

<sup>25</sup> Em seu comentário, Ross argumenta que o ponto destacado por Aristóteles aqui é que “B não se atribui a nenhum E” (ou “nenhum E é B”) não é uma consequência da dedução original, mas sim de sua premissa maior – a saber, que “A não se atribui a nenhum B” (ou “nenhum B é A”), acrescentando-se o fato de que “A se atribui a todo E” (ou “todo E é A”). Por outro lado, o ponto que Aristóteles parece querer destacar aqui é que, se substituirmos A por E – sendo que E está inteiramente contido em A (ou seja, que “A se atribui a todo E” ou “todo E é A”) –, é possível que, com tal substituição, obtenhamos a seguinte premissa (menor) falsa: “E se atribui a todo C” (ou “todo C é E”). Por exemplo: tomemos as premissas de EAE-2: (i) “polígono [A] não se atribui a nenhum círculo [B]” (ou “nenhum círculo [B] é polígono [A]”) e (ii) “polígono [A] se atribui a todo pentágono [C]” (ou “todo pentágono [C] é polígono [A]”).

[53a34] ἐπὶ δὲ τῶν ἐν μέρει τῶν μὲν ὑπὸ [35] τὸ συμπέρασμα οὐκ ἔσται τὸ ἀναγκαῖον (οὐ γὰρ γίνεται συλλογισμός, ὅταν αὕτη ληφθῆ ἐν μέρει), τῶν δ' ὑπὸ τὸ μέσον ἔσται πάντων, πλὴν οὐ διὰ τὸν συλλογισμόν· οἷον εἰ τὸ A παντὶ τῷ B, τὸ δὲ B τινὶ τῷ Γ· τοῦ μὲν γὰρ ὑπὸ τὸ Γ τεθέντος οὐκ ἔσται συλλογισμός, τοῦ δ' ὑπὸ τὸ B ἔσται, [40] ἀλλ' οὐ διὰ τὸν προγεγενημένον.

[53a34] Nas deduções parciais, não haverá outra [35] conclusão necessária dos termos que estiverem sob o termo da conclusão (pois não ocorre dedução quando a conclusão<sup>26</sup> é apreendida parcialmente), mas haverá outra conclusão necessária de todos os termos que estiverem sob o termo médio, só que não pela dedução. Por exemplo: se A se atribui a todo B e B a algum C, não haverá dedução daquilo que for colocado sob C<sup>27</sup>, mas haverá dedução daquilo que estiver sob B, [40] só que não graças à dedução anterior.<sup>28</sup>

---

[A]”); ora, substituindo *polígono* [A] por *triângulo* [E] – sabendo que “todo *triângulo* [E] é *polígono* [A] –, teremos: (i) “*triângulo* [E] não se atribui a nenhum *círculo* [B]” (ou “nenhum *círculo* [B] é *triângulo* [E]”) e (ii) “*triângulo* [E] se atribui a todo *pentágono* [C]” (ou “todo *pentágono* [C] é *triângulo* [E]”), sendo esta premissa (ii) falsa. Portanto, na segunda figura, a substituição de A por E não funcionaria para obter uma nova dedução, ou, pelo menos, não funcionaria mantendo ambas premissas verdadeiras.

<sup>26</sup> Literalmente, o texto diz: “quando *esta* é apreendida parcialmente” (“ὅταν αὕτη ληφθῆ ἐν μέρει”). Mignucci e Tricot (entre outros) seguem a interpretação de Waitz, para quem “*esta*” (ou “*αὕτη*”) deve ser interpretada aqui como “a conclusão parcial que será usada como premissa maior” (de um argumento que não consistiria em uma dedução).

<sup>27</sup> Para ilustrar o que diz o filósofo, tomemos como exemplo o seguinte argumento: (i) “*cachorro* [A] se atribui a todo *vira-lata* [B]” (ou “todo *vira-lata* é *cachorro*”), (ii) “*vira-lata* [B] se atribui a algum *macho* [C]” (ou “algum *vira-lata* é *macho*”) e, portanto, (iii) “*cachorro* [A] se atribui a algum *macho* [B]” (ou “algum *macho* é *cachorro*”). Ora, se considerarmos que (iv) “*macho* [C] se atribui a todo *canarinho macho* [D]” (ou “todo *canarinho macho* é *macho*”), não é possível inferir – a partir das proposições colocadas – nem que “*cachorro* [A] se atribui a **todo** *canarinho macho* [D]” (ou “todo *canarinho macho* é *cachorro*”) nem que “*cachorro* [A] se atribui a **algum** *canarinho macho* [D]” (ou “algum *canarinho macho* é *cachorro*”).

<sup>28</sup> Quer dizer, se tomarmos como premissa “A se atribui a todo B” e soubermos que há um termo D inteiramente contido em B (ou seja, que “B se atribui a todo D”), necessariamente, concluiremos que “A se atribui a todo D” – mas isso constituiria uma ocorrência de *Barbara* (ou AAA-1) – e não de *Darii* (ou AII-1), que foi a dedução parcial apresentada logo antes. Para ilustrar, tomemos A como “*cachorro*”, B, “*vira-lata*”, C, “*macho*” e D, “*vira-lata caramelo*”. Nesse caso, um argumento na forma AII-1 (ou *Darii*) seria: (i) “*cachorro* [A] se atribui a todo *vira-lata* [B]” (ou “todo *vira-lata* é *cachorro*”), (ii) “*vira-lata* [B] se atribui a algum *macho* [C]” (ou “algum *macho* é *vira-lata*”) e, portanto, (iii) “*cachorro* [A] se atribui a algum *macho* [C]” (ou “algum *macho* é *cachorro*”). Porém, se assumirmos como segunda premissa (ii) “*vira-lata* [B] se atribui a todo *vira-lata caramelo* [D]”, então, teríamos a seguinte versão de *Barbara* (ou AAA-1): (i) “*cachorro* [A] se atribui a todo *vira-lata* [B]” (ou “todo *vira-lata* é *cachorro*”) e (ii) “*vira-lata* se atribui a todo *vira-lata caramelo*” (ou “todo *vira-lata caramelo* é *vira-lata*”), portanto, (iii) “*cachorro* se atribui a todo *vira-lata caramelo*” (ou “todo *vira-lata caramelo* é *cachorro*”).

[53a40] ὁμοίως δὲ καὶ τῶν ἄλλων σχημάτων· τοῦ μὲν γὰρ ὑπὸ τὸ συμπέρασμα οὐκ ἔσται, [b1] θατέρου δ' ἔσται, πλὴν οὐ διὰ τὸν συλλογισμόν, ἧ καὶ ἐν τοῖς καθόλου ἐξ ἀναποδείκτου τῆς προτάσεως τὰ ὑπὸ τὸ μέσον ἐδείκνυτο· ὥστ' ἢ οὐδ' ἐκεῖ ἔσται ἢ καὶ ἐπὶ τούτων.

[53a40] E o mesmo também se dá com as demais figuras<sup>29</sup>, pois não haverá outra conclusão dos termos que estiverem sob o termo da conclusão<sup>30</sup>, [b1] mas haverá outra conclusão dos termos que estiverem sob o termo médio<sup>31</sup>, só que não pela dedução original – e sim do modo como também nas deduções universais, a partir de uma premissa não demonstrada, provou-se outra conclusão dos termos que estão sob o termo médio.<sup>32</sup> De modo que (i) ou tampouco haverá mais de uma conclusão no primeiro caso (ii) ou haverá mais de uma conclusão também no outro.<sup>33</sup>

---

<sup>29</sup> Não sem alguma razão, Robin Smith observa que é “intrigante” (“puzzling”) o fato de Aristóteles se referir a *outras figuras* (no plural), sendo que ele já havia tratado de deduções da primeira e da segunda figura (restando, portanto, apenas a terceira). Smith supõe, então, que o filósofo esteja se referindo às deduções *parciais* da segunda e da terceira figura, já que, no parágrafo anterior, ele havia dado como exemplo uma dedução parcial apenas da primeira figura. A essa referência a *outras figuras*, também podemos acrescentar o fato de que não há dedução universal na terceira figura.

<sup>30</sup> Como se vê, a suposição de Smith mencionada na nota anterior se mostra correta, já que na segunda figura, Aristóteles destacou que é possível – ao menos em *Cesare* (EAE-2) – deduzir outra conclusão que esteja sob o termo da conclusão (e não sob o termo médio).

<sup>31</sup> Literalmente, Aristóteles diz aqui apenas “do outro” (“θατέρου”) – e não “outra conclusão dos termos que estiverem sob o termo médio” (como é natural entender a passagem).

<sup>32</sup> Cf. acima 53a29-34. Em relação à ocorrência de “a partir de uma premissa não demonstrada” (“ἐξ ἀναποδείκτου τῆς προτάσεως”), vale citar o comentário de Crubellier sobre a presente passagem: “Aristóteles aparentemente pretende falar de inferências imediatas que podem ser extraídas de uma só proposição, por conversão (ver os capítulos 2 e 3 do livro I) ou por subalternância. Por exemplo, de *A é o caso para todo B*, pode-se inferir que *A é o caso para algum B*. Mas tais inferências não são deduções em sentido estrito, uma vez que a definição da dedução implica que há várias premissas”.

<sup>33</sup> Quer dizer, considerando essas provas “a partir de uma premissa não demonstrada”, das duas, uma: ou (i) não podemos dizer que há outra conclusão dos termos sob o termo médio no caso de uma dedução universal na segunda figura (e tampouco haveria em deduções parciais); ou (ii) também deveremos dizer que há mais de uma conclusão dos termos sob o termo médio de deduções particulares (e o mesmo se dá no caso de uma dedução universal na segunda figura).

## Capítulo 2 (53b4-55b2)

[Não é possível deduzir uma conclusão falsa de premissas verdadeiras; casos na primeira figura nos quais se deduz uma conclusão verdadeira a partir de premissas falsas]

[53b4] Ἔστι μὲν οὖν οὕτως ἔχειν ὅστ' ἀληθεῖς εἶναι τὰς προτάσεις [5] δι' ὧν ὁ συλλογισμός, ἔστι δ' ὅστε ψευδεῖς, ἔστι δ' ὅστε τὴν μὲν ἀληθῆ τὴν δὲ ψευδῆ. τὸ δὲ συμπέρασμα ἢ ἀληθὲς ἢ ψεῦδος ἐξ ἀνάγκης. ἐξ ἀληθῶν μὲν οὖν οὐκ ἔστι ψεῦδος συλλογίσασθαι, ἐκ ψευδῶν δ' ἔστιν ἀληθές, πλὴν οὐ διότι ἀλλ' ὅτι· τοῦ γὰρ διότι οὐκ ἔστιν ἐκ ψευδῶν συλλογισμός· [10] δι' ἣν δ' αἰτίαν, ἐν τοῖς ἐπομένοις λεχθήσεται.

[53b4] É possível, então, que as premissas [5] pelas quais se dá a dedução sejam verdadeiras, falsas, ou que uma seja verdadeira e a outra falsa.<sup>34</sup> Já a conclusão de uma dedução é ou verdadeira, ou falsa – necessariamente.<sup>35</sup> De premissas verdadeiras não se deduz uma conclusão falsa, mas é possível deduzir uma conclusão verdadeira de premissas falsas – só que não o porquê, mas apenas algo que é<sup>36</sup>: pois do porquê não há dedução a partir de premissas falsas. [10] A razão pela qual isso se dá será dita a seguir.

<sup>34</sup> Nesta frase inicial do capítulo, adotei quase integralmente a excelente sugestão feita pelo parecerista deste trabalho.

<sup>35</sup> Aristóteles parece aqui simplesmente aludir ao fato – decorrente do princípio de não contradição – de que a conclusão de uma dedução não pode ser simultaneamente verdadeira e falsa (ou parcialmente verdadeira e parcialmente falsa).

<sup>36</sup> Traduzi “διότι” por “porquê” e “ὅτι” por “algo que é”. Em sua paráfrase, Ross traduziu “διότι” por “causa” (“reason”) e “ὅτι” por “fato” (“fact”) – e, assim, Aristóteles estaria dizendo aqui que, *de premissas falsas, é possível deduzir uma conclusão verdadeira de um fato, mas não de uma causa*. Nunca é demais lembrar que, para Aristóteles, uma *dedução do porquê* equivale a uma *demonstração*, que é definida por ele da seguinte maneira: “chamo de *demonstração* a dedução científica e, de *científica*, aquela dedução em virtude da qual, por tê-la, conhecemos cientificamente” (*Seg. An. I, 2, 71b17-19*); além disso, na sequência, o filósofo diz que as premissas das quais parte a demonstração devem ser “verdadeiras, primeiras, imediatas, mais conhecidas, anteriores e causas da conclusão” (*Seg. An. I, 2, 71b20-22*) – caso contrário, não haverá ciência em uma dedução. Logo, se uma dedução *formalmente* válida conclui algo verdadeiro a partir de premissas falsas, é evidente que tal dedução não apresentará a causa ou o porquê de tal conclusão, mas apenas terá como conclusão uma proposição *acidentalmente* verdadeira – já que uma dedução válida com premissas falsas também pode levar a uma conclusão falsa. Eis um exemplo de uma dedução com premissas falsas e conclusão verdadeira: “se (i) *todo rubi é veloz* e (ii) *tudo o que é veloz é pedra*, portanto, (iii) *todo rubi é pedra*” (ou, dito de outro modo, “se (ii) *pedra se atribui a tudo o que é veloz* e (i) *veloz se atribui a todo rubi*, portanto, (iii) *pedra se atribui a todo rubi*”). Mantendo exatamente a mesma forma argumentativa e, novamente, partindo de premissas falsas, também é possível inferir uma conclusão falsa – como neste exemplo: “se (i) *todo rubi é veloz* e (ii') *tudo o que é veloz é líquido*, portanto, (iii') *todo rubi é líquido*” (ou, dito de outro modo, “se (ii') *líquido se atribui a tudo o que é veloz* e (i) *veloz se atribui a todo rubi*, portanto, (iii') *líquido se atribui a todo rubi*”). Como se vê a partir desses dois exemplos, em uma dedução formalmente válida com premissas falsas, a verdade da conclusão é totalmente contingente. E eis um exemplo aristotélico de uma demonstração ou dedução do porquê: “(iv) *os planetas estão próximos* e (v) *toda fonte de luz que está próxima não oscila*, portanto, (vi) *a luz dos planetas não oscila*” (ou, dito de outro modo, (v) “*não oscilar é uma característica que se atribui às fontes de luz que estão próximas*”).

[53b11] Πρῶτον μὲν οὖν ὅτι ἐξ ἀληθῶν οὐχ οἷόν τε ψεῦδος συλλογίσασθαι, ἐντεῦθεν δῆλον. εἰ γὰρ τοῦ Α ὄντος ἀνάγκη τὸ Β εἶναι, τοῦ Β μὴ ὄντος ἀνάγκη τὸ Α μὴ εἶναι. εἰ οὖν ἀληθές ἐστι τὸ Α, ἀνάγκη τὸ Β ἀληθές εἶναι, ἢ συμβήσεται [15] τὸ αὐτὸ ἅμα εἶναί τε καὶ οὐκ εἶναι τοῦτο δ' ἀδύνατον.

[53b11] Em primeiro lugar, então, é evidente que não é possível deduzir uma conclusão falsa de premissas verdadeiras pela seguinte razão: se, sendo A o caso, é necessário que B também seja o caso, então, B não sendo o caso, é necessário que A também não seja o caso.<sup>37</sup> Então, se A é verdadeiro, é necessário que B seja verdadeiro, ou [15] a mesma coisa resultará ser e não ser ao mesmo tempo<sup>38</sup> – o que é impossível.

[53b16] μὴ ὅτι δὲ κεῖται τὸ Α εἰς ὄρος, ὑποληφθήτω ἐνδέχεσθαι ἐνός τινος ὄντος ἐξ ἀνάγκης τι συμβαίνειν· οὐ γὰρ οἷόν τε· τὸ μὲν γὰρ συμβαῖνον ἐξ ἀνάγκης τὸ συμπέρασμα ἐστι, δι' ὧν δὲ τοῦτο γίνεται ἐλαχίστων, τρεῖς ὄροι, [20] δύο δὲ διαστήματα καὶ προτάσεις. εἰ οὖν ἀληθές, ᾗ τὸ Β ὑπάρχει, τὸ Α παντί, ᾗ δὲ τὸ Γ, τὸ Β, ᾗ τὸ Γ, ἀνάγκη τὸ Α ὑπάρχειν καὶ οὐχ οἷόν τε τοῦτο ψεῦδος εἶναι· ἅμα γὰρ ὑπάρξει ταῦτο καὶ οὐχ ὑπάρξει. τὸ οὖν Α ὥσπερ ἐν κεῖται, δύο προτάσεις συλληφθεῖσαι. ὁμοίως δὲ καὶ ἐπὶ τῶν [25] στερητικῶν ἔχει· οὐ γὰρ ἔστιν ἐξ ἀληθῶν δεῖξαι ψεῦδος.

[53b16] Mas não se deve supor – porque A foi posto como um único termo – que seja possível que algo se siga<sup>39</sup> necessariamente pelo fato de uma única coisa ser o caso – pois isso não é

---

e (iv) *estar próximo é algo que se atribui aos planetas que observamos no céu*; portanto, (vi) *não oscilar é algo que se atribui à luz dos planetas que observamos no céu*)” (adaptado de *Seg. An.* I, 13, 78a30-b2). Também vale lembrar que, nas linhas inaugurais dos *Primeiros Analíticos* (24a10-11), Aristóteles deixa explícito que o objetivo de sua investigação é a *demonstração* – tratada com maior profundidade apenas nos *Segundos Analíticos* –; por isso, não é de se surpreender que ele aqui chame a atenção para as condições necessárias para uma dedução do porquê.

<sup>37</sup> Aristóteles apresenta aqui uma espécie de *modus tollens* (argumento proposicional também conhecido como *negação do consequente*): “(i) se A, então B; (ii) não B; portanto, (iii) não A” (ou “(i) A → B; (ii) ~B; ∴ (iii) ~A”). Por exemplo: “(i) se *Serafim é humano*, então, *Serafim é animal*; mas (ii) *Serafim não é animal*; portanto, (iii) *Serafim não é humano*”; ou então: “(i) se *chove, o chão fica molhado*; (ii) *o chão não ficou molhado*; portanto, (iii) *não choveu*”. Como o filósofo dirá no próximo parágrafo, para que de fato produza uma conclusão necessária, “A” deve ser compreendido como um par de proposições ou premissas – já que não é possível que algo seja necessariamente inferido a partir de um único termo isolado.

<sup>38</sup> Por “a mesma coisa resultará ser e não ser ao mesmo tempo”, Aristóteles se refere ao fato de que – se assumíssemos como verdade: (i) “A é necessariamente acompanhado de B”; (ii) “não B”; e (iii) “A” – nós cairíamos em contradição – já que (i) e (iii) implicam (iv) “B”, que é a negação de (ii). Outra tradução possível para “ἢ συμβήσεται τὸ αὐτὸ ἅμα εἶναί τε καὶ οὐκ εἶναι” é “ou *se seguirá* que a mesma coisa é e não é ao mesmo tempo”.

<sup>39</sup> Outra tradução possível para esta ocorrência de “συμβαίνειν” é “seja inferido” (ou “resulte”).

possível –, já que aquilo que se segue necessariamente é a conclusão, que, por sua vez, ocorre por meio de no mínimo três termos [20] e dois intervalos ou premissas. Então, se é verdade que A se atribui a tudo aquilo a que B se atribui, e que B se atribui a tudo aquilo a que C se atribui, é necessário que A se atribua a tudo aquilo a que C se atribui<sup>40</sup> – e não é possível que isso seja falso, pois assim a mesma coisa ao mesmo tempo se atribuiria e não se atribuiria.<sup>41</sup> Seja A, então, posto como algo uno, mas compreendendo duas premissas.<sup>42</sup> E o mesmo se dá com deduções [25] privativas<sup>43</sup> – pois não se prova uma conclusão falsa a partir de premissas verdadeiras.

[53b26] Ἐκ ψευδῶν δ' ἀληθὲς ἔστι συλλογίσασθαι καὶ ἀμφοτέρων τῶν προτάσεων ψευδῶν οὐσῶν καὶ τῆς μιᾶς, ταύτης δ' οὐχ ὀποτέρας ἔτυχεν ἀλλὰ τῆς δευτέρας, ἐάνπερ ὅλην λαμβάνη ψευδῆ· μὴ ὅλης δὲ λαμβανομένης ἔστιν [30] ὀποτερασοῦν.

[53b26] De premissas falsas, no entanto, é possível deduzir uma conclusão verdadeira, seja quando ambas forem falsas, sejam quando apenas uma o for – embora esta não possa ser senão

---

<sup>40</sup> Dito de outro modo, “se (i) *A é predicado de tudo aquilo que pertence a B* e (ii) *B é predicado de tudo aquilo que pertence a C*, então, necessariamente, (iii) *A é predicado de tudo aquilo que pertence a C*” (ou, dito de outro modo, “se (ii) *todo C é B* e (i) *todo B é A*, então, necessariamente, (iii) *todo C é A*”).

<sup>41</sup> De modo similar ao do argumento do parágrafo anterior, por “a mesma coisa ao mesmo tempo se atribuiria e não se atribuiria”, Aristóteles se refere ao fato de que – se assumíssemos como verdade: (i) “A se atribui a tudo aquilo que é B”; (ii) “B se atribui a tudo aquilo que é C” e (iii) “A **não** se atribui a tudo aquilo que é C” – cairíamos em contradição, já que (i) e (ii) implicam (iv) “A se atribui a tudo aquilo que é C”, que é a negação de (iii).

<sup>42</sup> Aristóteles parece dizer aqui que, para que seu “*modus tollens*” de fato tenha uma consequência necessária, é preciso que A seja entendido como o conjunto de duas premissas – e não como um termo isolado, do qual, como ele destacara no início do parágrafo, nunca se poderia inferir uma conclusão necessária.

<sup>43</sup> Quer dizer, em deduções que tenham uma premissa e a conclusão negativas – como “se (i) *A não é predicado de nenhum B* e (ii) *B é predicado de todo C*, então, (iii) *A não é predicado de nenhum C*” (ou “se (ii) *todo C é B* e (i) *nenhum B é A*, então, (iii) *nenhum C é A*”) –, tampouco será possível que as premissas sejam verdadeiras e a conclusão seja falsa.

a segunda premissa<sup>44</sup>, caso ela seja tomada como inteiramente falsa<sup>45</sup>; caso não seja, é possível que [30] qualquer uma das duas premissas seja falsa.<sup>46</sup>

[53b30] ἔστω γὰρ τὸ Α ὅλῳ τῷ Γ ὑπάρχον, τῷ δὲ Β μηδενί, μηδὲ τὸ Β τῷ Γ. ἐνδέχεται δὲ τοῦτο, οἷον λίθῳ οὐδενὶ ζῶον, οὐδὲ λίθος οὐδενὶ ἀνθρώπῳ. ἐὰν οὖν ληθῆ τὸ Α παντὶ τῷ Β καὶ τὸ Β παντὶ τῷ Γ, τὸ Α παντὶ τῷ Γ ὑπάρξει, ὥστ' ἐξ ἀμφοῖν ψευδῶν ἀληθὲς τὸ συμπέρασμα· [35] πᾶς γὰρ ἄνθρωπος ζῶον.

[53b30] Tomemos o seguinte caso: A se atribui a C como um todo, mas não se atribui a nenhum B, e B não se atribui a nenhum C. Isso é possível, por exemplo, com *animal* [A]<sup>47</sup> não se atribuindo a nenhuma *pedra* [B], e *pedra* [B] não se atribuindo a nenhum *humano*<sup>48</sup> [C]. Então, se se assume que A [*animal*] se atribui a todo B [*pedra*], e B [*pedra*] se atribui a todo C

<sup>44</sup> Como bem sugeri o parecerista deste trabalho, uma tradução mais fiel para “ταύτης δ’ οὐχ ὀποτέρας ἔτυχεν ἀλλὰ τῆς δευτέρας” (que traduzi como: “embora esta não possa ser senão a segunda premissa”) poderia ser: “no entanto, [...] esta não é qualquer premissa, mas a segunda”.

<sup>45</sup> Como fica claro na continuação do texto (explicitamente em 54a4-6), por “inteiramente falsa”, Aristóteles se refere a uma premissa ou proposição *universal* – falsa – que é *contrária* a uma proposição universal verdadeira. Quer dizer, se “A se atribui a todo B” (ou “todo B é A”) é uma proposição verdadeira, a proposição universal contrária “A não se atribui a nenhum B” (ou “nenhum B é A”) será considerada *inteiramente falsa*. E o contrário também: se “A não se atribui a nenhum B” (ou “nenhum B é A”) é uma proposição verdadeira, a proposição universal contrária “A se atribui a todo B” (ou “todo B é A”) será inteiramente falsa. Por exemplo: se é verdadeiro que (i) “*mamífero* se atribui a toda *ariranha*” (ou “toda *ariranha* é *mamífero*”), a proposição universal contrária (ii) “*mamífero* não se atribui a nenhuma *ariranha*” (ou “nenhuma *ariranha* é *mamífero*”) será considerada inteiramente falsa. Porém, a proposição *contraditória* a (i) – “*mamífero* não se atribui a **alguma ariranha**” (ou “**alguma ariranha** não é *mamífero*”) –, ainda que seja falsa, não seria *inteiramente* falsa, mas apenas *parcialmente* falsa. O mesmo ocorre se se toma como verdadeira a proposição (ii) “*amorosa* não se atribui a nenhuma *bomba*” (ou “nenhuma *bomba* é *amorosa*”), a proposição universal contrária (i) “*amorosa* se atribui a toda *bomba*” (ou “toda *bomba* é *amorosa*”) será inteiramente falsa, diferentemente da contraditória de (ii) – “*amorosa* se atribui a **alguma bomba**” (ou “**alguma bomba** é *amorosa*”) –, que será falsa, mas não inteiramente.

<sup>46</sup> Dito de outro modo, um argumento não poderá proporcionar uma conclusão verdadeira se ele for criado com *todas* as seguintes condições: (i) conter apenas *uma* premissa falsa; (ii) tal premissa ser a *primeira* premissa; e (iii) tal premissa ser *inteiramente* falsa. Nos casos em que qualquer uma (ou mais de uma) dessas condições não for satisfeita, será possível criar argumentos que deduzam conclusões verdadeiras a partir de uma ou duas premissas falsas.

<sup>47</sup> Acrescentei entre colchetes os termos e os exemplos empregados por Aristóteles, a fim de facilitar a compreensão do texto.

<sup>48</sup> Não é raro encontrar edições que optem traduzir “ἄνθρωπος” por “homem” – em vez de “humano”. No entanto, nunca é demais lembrar que “ἄνθρωπος” é um termo que inclui homens e mulheres, ao passo que os gregos tinham a palavra “ἄνῆρ” (ou “ἄνδρός”, no genitivo) para se referir especificamente a “homem” enquanto “macho da espécie humana”.

[*humano*], A [*animal*] se atribuirá a todo C [*humano*], de modo que, partindo de duas premissas falsas<sup>49</sup>, obter-se-á uma conclusão verdadeira – [35] pois todo *humano* é *animal*.<sup>50</sup>

[53b35] ὡσαύτως δὲ καὶ τὸ στερητικόν. ἔστι γὰρ τῷ Γ μήτε τὸ Α ὑπάρχειν μηδενὶ μήτε τὸ Β, τὸ μέντοι Α τῷ Β παντί, οἷον ἐὰν τῶν αὐτῶν ὄρων ληφθέντων μέσον τεθῆ ὁ ἄνθρωπος· λίθω γὰρ οὔτε ζῶον οὔτε ἄνθρωπος οὐδενὶ ὑπάρχει, ἄνθρωπῳ δὲ παντὶ ζῶον. ὥστ’ ἐὰν [40] ᾧ μὲν ὑπάρχει, λάβῃ μηδενὶ ὑπάρχειν, ᾧ δὲ μὴ ὑπάρχει, παντὶ ὑπάρχειν, ἐκ ψευδῶν ἀμφοῖν ἀληθὲς ἔσται τὸ συμπέρασμα. [54a1] ὁμοίως δὲ δειχθήσεται καὶ ἐὰν ἐπὶ τι ψευδῆς ἑκατέρω ληφθῆ.

[53b35] O mesmo se dá também no caso privativo. Com efeito, é possível que nem A nem B se atribuam a nenhum C, e que A se atribua a todo B, como quando se coloca *humano* [B] como termo médio dos mesmos termos tomados no exemplo anterior, pois nem *humano* [B] nem *animal* [A] se atribuem a *pedra* [C], e *animal* [A] se atribui a todo *humano* [B]. De modo que, se [40] assumirmos que aquilo que de fato se atribui não se atribui a nenhum<sup>51</sup>, e assumirmos que aquilo que não se atribui se atribui a todo<sup>52</sup>, então, partindo de duas premissas falsas, obter-se-á uma conclusão verdadeira.<sup>53</sup> [54a1] E o mesmo também poderá ser feito<sup>54</sup> se cada uma das premissas for tomada como parcialmente falsa.<sup>55</sup>

<sup>49</sup> A saber, que (i) “*animal* se atribui a toda *pedra*” (ou “toda *pedra* é *animal*”) e que (ii) “*pedra* se atribui a todo *humano*” (ou “todo *humano* é *pedra*”).

<sup>50</sup> Dito de outro modo, aceitemos como fatos: (i) “todo *humano* [C] é *animal* [A]”, (ii) “nenhuma *pedra* [B] é *animal* [A]” e (iii) “nenhum *humano* [C] é *pedra* [B]”. Em seguida, se assumirmos que (iii’) “todo *humano* [C] é *pedra* [B]” e (ii’) “toda *pedra* [B] é *animal* [A]”, concluiremos necessariamente – partindo de duas premissas inteiramente falsas – que (i) “todo *humano* [C] é *animal* [A]” – que é uma proposição verdadeira.

<sup>51</sup> Por “assumirmos que aquilo que de fato se atribui não se atribui a nenhum”, Aristóteles se refere ao fato de se assumir como premissa – inteiramente falsa – “*animal* [A] não se atribui a nenhum *humano* [B]” (ou “nenhum *humano* [B] é *animal* [A]”).

<sup>52</sup> Por “assumirmos que aquilo que não se atribui se atribui a todo”, o filósofo tem em mente tomar como premissa – inteiramente falsa – “*humano* [B] se atribui a toda *pedra* [C]” (ou “toda *pedra* [C] é *humano* [B]”).

<sup>53</sup> Em síntese, se construirmos uma versão de *Celarent* (EAE-1) tendo como premissas: (i) “*animal* [A] não se atribui a nenhum *humano* [B]” (ou “nenhum *humano* é *animal*”) e (ii) “*humano* [B] se atribui a toda *pedra* [C]” (ou “toda *pedra* é *humano*”), obteremos uma conclusão verdadeira – (iii) “*animal* [A] não se atribui a nenhuma *pedra* [C]” (ou “nenhuma *pedra* é *animal*”) – partindo de duas premissas inteiramente falsas.

<sup>54</sup> Outra tradução possível para “ὁμοίως δὲ δειχθήσεται”: “e também se poderá mostrar a mesma coisa”.

<sup>55</sup> Sigo a tradução mais usual para a expressão “ἐπὶ τι ψευδῆς” (literalmente, “em algo falsa” ou “em alguma [medida] falsa”), utilizada por Aristóteles para se referir a uma premissa que é falsa, mas não inteiramente falsa (cf. acima nota 45). Crubellier encontrou uma solução engenhosa para traduzir a expressão: “falsa até certo ponto” (ou “fausse jusqu’à un certain point”).

[54a2] Ἐὰν δ' ἡ ἑτέρα τεθῆ ψευδής, τῆς μὲν πρώτης ὅλης ψευδοῦς οὐσης, οἷον τῆς A B, οὐκ ἔσται τὸ συμπέρασμα ἀληθές, τῆς δὲ B Γ ἔσται. λέγω δ' ὅλην ψευδῆ τὴν [5] ἐναντίαν, οἷον εἰ μηδενὶ ὑπάρχον παντὶ εἴληπται ἢ εἰ παντὶ μηδενὶ ὑπάρχειν.

[54a2] Se, porém, apenas uma das duas premissas colocadas for falsa, sendo a primeira inteiramente falsa, por exemplo, AB, não haverá conclusão verdadeira, mas haverá se a premissa inteiramente falsa for BC.<sup>56</sup> Chamo de *inteiramente falsa* a [5] proposição contrária, como se aquela que não se atribui a nenhum fosse tomada como atribuída a todo, ou se aquela que se atribui a todo fosse tomada como não atribuída a nenhum.<sup>57</sup>

[54a6] ἔστω γὰρ τὸ A τῷ B μηδενὶ ὑπάρχον, τὸ δὲ B τῷ Γ παντί. ἂν δὴ τὴν μὲν B Γ πρότασιν λάβω ἀληθῆ, τὴν δὲ τὸ A B ψευδῆ ὅλην, καὶ παντὶ ὑπάρχειν τῷ B τὸ A, ἀδύνατον τὸ συμπέρασμα ἀληθὲς εἶναι· οὐδενὶ γὰρ [10] ὑπῆρχε τῶν Γ, εἴπερ ᾧ τὸ B, μηδενὶ τὸ A, τὸ δὲ B παντὶ τῷ Γ.

[54a6] Tomemos o seguinte caso: A não se atribui a nenhum B, e B se atribui a todo C.<sup>58</sup> Ora, se a premissa BC for tomada como verdadeira, e a premissa AB como inteiramente falsa – sendo A atribuído a todo B –, será impossível que a conclusão seja verdadeira.<sup>59</sup> Pois [10] A

---

<sup>56</sup> Como o filósofo havia dito em 53b26-30, uma dedução não poderá obter uma conclusão verdadeira caso apenas a primeira premissa – AB, no caso – seja falsa e, para além disso, seja *inteiramente* falsa. Mas, caso uma dedução seja construída com a primeira premissa verdadeira e a segunda inteiramente falsa, será possível obter uma conclusão verdadeira. Para ilustrar o que Aristóteles diz aqui – e nos próximos dois parágrafos –, tomemos como verdade: (i) “*animal* [A] se atribui a toda *ave* [B]” (ou “*toda ave é animal*”) e (ii) “*ave* [B] se atribui a todo *cisne* [C]” (ou “*todo cisne é ave*”). Ora, assumindo a premissa maior – inteiramente falsa – (i) “*animal* [A] não se atribui a nenhuma *ave* [B]” (ou “*nenhuma ave é animal*”) e a premissa (ii), conclui-se – por EAE-1 ou *Celarent* – que “*animal* [A] não se atribui a nenhum *cisne* [C]” (ou “*nenhum cisne é animal*”). Já no outro caso, tomemos como verdade: (iii) “*mineral* [A] não se atribui a nenhuma *ave* [B]” (ou “*nenhuma ave é mineral*”) e (iv) “*ave* [B] se atribui a todo *cisne* [C]” (ou “*todo cisne é ave*”). Ora, assumindo a premissa maior – inteiramente falsa – (iii) “*mineral* [A] se atribui a toda *ave* [B]” (ou “*toda ave é mineral*”) e a premissa (iv), conclui-se – por AAA-1 ou *Barbara* – que “*mineral* [A] se atribui a todo *cisne* [C]” (ou “*todo cisne é mineral*”). Por outro lado, se a premissa menor (v) for inteiramente falsa – como no caso: (i) “*animal* se atribui a toda *ave*” (ou “*toda ave é animal*”) e (v) “*ave* se atribui a todo *lagarto*” (ou “*todo lagarto é ave*”) –, é possível obter uma conclusão verdadeira, como “*animal* se atribui a todo *lagarto*” (ou “*todo lagarto é animal*”).

<sup>57</sup> Dito de outro modo, apenas as proposições universais podem ser *inteiramente falsas*. Se é verdadeiro que “A se atribui a todo B” (ou “todo B é A”), então, é inteiramente falso que “A não se atribui a nenhum B” (ou “nenhum B é A”); se é verdadeiro que “A não se atribui a nenhum B” (ou “nenhum B é A”), então, é inteiramente falso que “A se atribui a todo B” (ou “todo B é A”). Cf. acima nota 45.

<sup>58</sup> São as premissas de *Celarent* (ou EAE-1), das quais se deduz que “A não se atribui a nenhum C” (ou “nenhum C é A”) – conclusão essa que Aristóteles reafirmará logo a seguir.

<sup>59</sup> Ou seja, se é inteiramente falso que (i) “A se atribui a todo B” (ou “todo B é A”) – sabendo-se que “A não se atribui a nenhum B” (ou “nenhum B é A”) – e é verdade que (ii) “B se atribui a todo C” (ou “todo C é B”), será impossível deduzir como verdade que (iii) “todo C é A” (ou “A se atribui a todo C”). Cf. acima nota 56.

não foi atribuído a nenhum dos elementos de C, uma vez que A não se atribui a nenhum dos elementos de B, e B se atribui a todo C.<sup>60</sup>

[54a11] ὁμοίως δ' οὐδ' εἰ τὸ A τῷ B παντὶ ὑπάρχει καὶ τὸ B τῷ Γ, ἐλήφθη δ' ἢ μὲν τὸ B Γ ἀληθῆς πρότασις, ἢ δὲ τὸ A B ψευδῆς ὅλη, καὶ μηδενὶ ᾧ τὸ B, τὸ A – τὸ συμπέρασμα ψεῦδος ἔσται· παντὶ γὰρ ὑπάρξει τῷ Γ τὸ A, [15] εἴπερ ᾧ τὸ B, παντὶ τὸ A, τὸ δὲ B παντὶ τῷ Γ. φανερόν οὖν ὅτι τῆς πρώτης ὅλης λαμβανομένης ψευδοῦς, ἐάν τε καταφατικῆς ἐάν τε στερητικῆς, τῆς δ' ἐτέρας ἀληθοῦς, οὐ γίνεται ἀληθὲς τὸ συμπέρασμα.

[54a11] O mesmo se dá caso A se atribua a todo B, e B se atribua a todo C<sup>61</sup>, tomando-se BC como uma premissa verdadeira, e AB como uma premissa inteiramente falsa – ou seja, A não sendo atribuído a nenhum B –; nesse caso, a conclusão será falsa. Pois A se atribuirá a C, [15] uma vez que A se atribui a todos os elementos de B, e B se atribui a todo C. É evidente, então, que, tomando a primeira premissa como inteiramente falsa – seja ela afirmativa ou privativa – e a segunda premissa como verdadeira, a conclusão não será verdadeira.<sup>62</sup>

[54a18] Μὴ ὅλης δὲ λαμβανομένης ψευδοῦς ἔσται. εἰ γὰρ τὸ A τῷ μὲν Γ παντὶ ὑπάρχει τῷ [20] δὲ B τινί, τὸ δὲ B παντὶ τῷ Γ, οἷον ζῶον κύκνω μὲν παντὶ λευκῷ δὲ τινί, τὸ δὲ λευκὸν παντὶ κύκνω, ἐὰν ληφθῆ τὸ A παντὶ τῷ B καὶ τὸ B παντὶ τῷ Γ, τὸ A παντὶ τῷ Γ ὑπάρξει ἀληθῶς· πᾶς γὰρ κύκνος ζῶον.

[54a18] Mas, se tomarmos uma premissa que não seja inteiramente falsa, haverá uma conclusão verdadeira. Pois, se A se atribui a todo C e a [20] algum B, e B se atribui a todo C – por exemplo, *animal* [A] se atribui a todo *cisne* [C] e a algo *branco* [B], e *branco* [B] se atribui a todo *cisne*<sup>63</sup> [C] –, se se assume que A [*animal*] se atribui a todo B<sup>64</sup> [*branco*], e B [*branco*]

<sup>60</sup> Via de regra, Aristóteles não costuma dar exemplos quando um argumento é impossível. Para ilustrar o que diz o filósofo, no entanto, podemos construir o seguinte exemplo, com a primeira premissa inteiramente falsa e a segunda premissa verdadeira: (i) “*ave* [A] se atribui a todo *lagarto* [B]” (ou “todo *lagarto* é *ave*”) e (ii) “*lagarto* [B] se atribui a todo *camaleão* [C]” (ou “todo *camaleão* é *lagarto*”), de onde se concluiria que (iii) “*ave* [A] se atribui a todo *camaleão* [C]” (ou “todo *camaleão* é *ave*”). Como se vê, diferentemente dos casos ilustrados pelo filósofo, o argumento acima não consegue deduzir uma conclusão verdadeira partindo de uma primeira premissa inteiramente falsa e uma segunda premissa verdadeira.

<sup>61</sup> São as premissas de *Barbara* (ou AAA-1), das quais se deduz que “A se atribui a todo C” (ou “todo C é A”).

<sup>62</sup> Cf. acima nota 56.

<sup>63</sup> Nunca é demais lembrar que Aristóteles não tinha ciência da espécie de cisne-negro existente na Austrália. Para o filósofo, portanto, a proposição “todo *cisne* é *branco*” era considerada uma proposição verdadeira.

<sup>64</sup> Eis a premissa falsa – porém não *inteiramente* falsa – do argumento: “*animal* se atribui a tudo o que é *branco*” (ou “tudo que é *branco* é *animal*”).

a todo C [*cisne*], A [*animal*] se atribuirá verdadeiramente a todo C [*cisne*] – pois todo *cisne* é *animal*.

[54a23] ὁμοίως δὲ καὶ εἰ στερητικὸν εἶη τὸ A B· ἐγγωρεῖ γὰρ τὸ A τῷ μὲν B τινὶ ὑπάρχειν [25] τῷ δὲ Γ μηδενί, τὸ δὲ B παντὶ τῷ Γ, οἷον ζῶον τινὶ λευκῷ χίονι δ' οὐδεμιᾶ, λευκὸν δὲ πάση χίονι. εἰ οὖν ληφθεῖ τὸ μὲν A μηδενὶ τῷ B, τὸ δὲ B παντὶ τῷ Γ, τὸ A οὐδενὶ τῷ Γ ὑπάρξει.

[54a23] O mesmo também se dá caso a premissa AB seja privativa. Pois é possível que A se atribua a algum B [25] e a nenhum C, e B se atribua a todo C – como, por exemplo, *animal* [A] se atribui a algo *branco* [B] e a nenhuma *neve* [C], e *branco* [B] se atribui a toda *neve* [C]. Então, se se assume que A [*animal*] não se atribui a nenhum B<sup>65</sup> [*branco*], e B [*branco*] se atribui a todo C [*neve*], A [*animal*] não se atribuirá a nenhum C [*neve*].

[54a28] Ἐὰν δ' ἡ μὲν A B πρότασις ὅλη ληφθῆ ἀληθής, ἡ δὲ B Γ ὅλη ψευδής, ἔσται συλλογισμὸς ἀληθής: [30] οὐδὲν γὰρ κωλύει τὸ A τῷ B καὶ τῷ Γ παντὶ ὑπάρχειν, τὸ μέντοι B μηδενὶ τῷ Γ, οἷον ὅσα τοῦ αὐτοῦ γένους εἶδη μὴ ὑπ' ἄλληλα· τὸ γὰρ ζῶον καὶ ἵππῳ καὶ ἀνθρώπῳ ὑπάρχει, ἵππος δ' οὐδενὶ ἀνθρώπῳ. ἐὰν οὖν ληφθῆ τὸ A παντὶ τῷ B καὶ τὸ B παντὶ τῷ Γ, ἀληθὲς ἔσται τὸ συμπέρασμα, [35] ψευδοῦς ὅλης οὔσης τῆς B Γ προτάσεως.

[54a28] No entanto, se se assumir uma premissa AB como inteiramente verdadeira, e uma premissa BC como inteiramente falsa, haverá a dedução de uma conclusão verdadeira. [30] Pois nada impede que A se atribua a todo B e a todo C, ao passo que B não se atribui a nenhum C – como, por exemplo, as espécies [B e C] de um mesmo gênero [A] que não estão uma sob a outra.<sup>66</sup> Pois *animal* [A] se atribui a *cavalo* [B] e a *humano* [C], mas *cavalo* [B] não se atribui a nenhum *humano* [C]. Portanto, se se assume que A [*animal*] se atribui a todo B [*cavalo*] e B [*cavalo*] a todo C<sup>67</sup> [*humano*], a conclusão será verdadeira<sup>68</sup>, [35] sendo a premissa BC inteiramente falsa.

[54a35] ὁμοίως δὲ καὶ στερητικῆς οὔσης τῆς A B προτάσεως. ἐνδέχεται γὰρ τὸ A μήτε τῷ B μήτε τῷ Γ μηδενὶ ὑπάρχειν, μηδὲ τὸ B μηδενὶ τῷ Γ, οἷον τοῖς ἐξ ἄλλου γένους εἶδεσι τὸ γένος:

---

<sup>65</sup> Eis a premissa falsa – porém não *inteiramente* falsa – do argumento: “*animal* não se atribui a nada que é *branco*” (ou “nada que é *branco* é *animal*”).

<sup>66</sup> Quer dizer, no caso em que nem B pertence a C nem C pertence a B – embora B e C pertençam a A. O exemplo da sequência do texto esclarece o ponto em questão.

<sup>67</sup> Eis a premissa inteiramente falsa do argumento: “*cavalo* se atribui a todo *humano*” (ou “todo *humano* é *cavalo*”).

<sup>68</sup> A saber, “*animal* se atribui a todo *humano*” (ou “todo *humano* é *animal*”).

τὸ γὰρ ζῷον οὔτε μουσικῆ οὔτ' ἰατρικῆ ὑπάρχει, οὐδ' [b1] ἡ μουσικὴ ἰατρικῆ. ληφθέντος οὖν τοῦ μὲν A μηδενὶ τῷ B, τοῦ δὲ B παντὶ τῷ Γ, ἀληθὲς ἔσται τὸ συμπέρασμα.

[54a35] O mesmo também se dá sendo a premissa AB privativa.<sup>69</sup> Pois é possível que A não se atribua a nenhum B e a nenhum C, e B não se atribua a nenhum C – como, por exemplo, um gênero [A] não se atribui às espécies [B e C] de outro gênero. Pois *animal* [A] não se atribui nem à *música* [B] nem à *medicina* [C], e tampouco [b1] a *música* [B] se atribui à *medicina* [C]. Assumindo-se, então, que A [*animal*] não se atribui a nenhum B [*música*], e B [*música*] se atribui a todo C<sup>70</sup> [*medicina*], haverá uma conclusão verdadeira.<sup>71</sup>

[54b2] καὶ εἰ μὴ ὅλη ψευδὴς ἡ B Γ ἀλλ' ἐπὶ τι, καὶ οὕτως ἔσται τὸ συμπέρασμα ἀληθές. οὐδὲν γὰρ κωλύει τὸ A καὶ τῷ B καὶ τῷ [5] Γ ὅλων ὑπάρχειν, τὸ μέντοι B τινὶ τῷ Γ, οἷον τὸ γένος τῷ εἶδει καὶ τῇ διαφορᾷ: τὸ γὰρ ζῷον παντὶ ἀνθρώπῳ καὶ παντὶ πεζῷ, ὁ δ' ἄνθρωπος τινὶ πεζῷ καὶ οὐ παντί. εἰ οὖν τὸ A παντὶ τῷ B καὶ τὸ B παντὶ τῷ Γ ληφθῆι, τὸ A παντὶ τῷ Γ ὑπάρξει: ὅπερ ἦν ἀληθές.

[54b2] E se a premissa BC<sup>72</sup> não for inteiramente falsa, mas apenas parcialmente falsa, também nesse caso haverá uma conclusão verdadeira. Pois nada impede que A se atribua inteiramente a B e a [5] C, ao passo que B se atribui a algum C – como, por exemplo, o gênero [A] se atribui à espécie [B] e à diferença<sup>73</sup> [C]. Pois *animal* [A] se atribui a todo *humano* [B] e a todo *bípede*<sup>74</sup> [C], ao passo que *humano* [B] se atribui a alguns *bípedes* [C], mas não a todos. Se se assume, então, que A [*animal*] se atribui a todo B [*humano*] e B [*humano*] a todo C<sup>75</sup> [*bípede*], A [*animal*] se atribuirá a todo C [*bípede*] – o que era verdade.

<sup>69</sup> Quer dizer, se a premissa maior AB for negativa (ou seja, assumindo-se que “A não se atribui a nenhum B” ou “nenhum B é A”), também será possível obter uma conclusão verdadeira partindo de AB verdadeira e BC inteiramente falsa.

<sup>70</sup> Eis a premissa inteiramente falsa do argumento: “*música* se atribui a toda *medicina*” (ou “toda *medicina* é *música*”).

<sup>71</sup> A saber, que “*animal* não se atribui a nenhuma *medicina*” (ou “nenhuma *medicina* é *animal*”).

<sup>72</sup> Como o leitor já deve ter percebido, por “premissa BC”, Aristóteles se refere à premissa menor ou segunda premissa, ao passo que, por “premissa AB”, o filósofo se refere à primeira premissa ou premissa maior de um argumento.

<sup>73</sup> Sobre a noção de “diferença” ou “διαφορά” (“*diaphora*”), Ricardo Santos (2016, p. 134) sintetiza: “Aristóteles chama *diferenças* de um gênero às propriedades que distinguem as diversas espécies desse gênero (por exemplo, *bípede* é a diferença do gênero *animal* que distingue a espécie *homem* das outras espécies desse mesmo gênero). Em [*Categorias*] 1b16-24, argumenta que dois gêneros podem ter uma mesma diferença somente se um deles for um subgênero do outro”.

<sup>74</sup> A bem da verdade, Aristóteles usa o termo “πεζός” (“*pezos*”), que significa literalmente “dotado de pés” – e também é traduzido como “pedestre” ou “terrestre”. Cometi essa pequena infidelidade com o propósito de deixar o exemplo mais claro em português.

<sup>75</sup> Eis a premissa parcialmente falsa do argumento: “*humano* se atribui a todo *bípede*” (ou “todo *bípede* é *humano*”). Não é uma proposição *inteiramente* falsa, porque algum *bípede* é *humano*, embora nem

[54b9] ὁμοίως δὲ καὶ στερητικῆς [10] οὔσης τῆς A B προτάσεως. ἐνδέχεται γὰρ τὸ A μῆτε τῷ B μῆτε τῷ Γ μηδενὶ ὑπάρχειν, τὸ μὲντοι B τινὶ τῷ Γ, οἷον τὸ γένος τῷ ἐξ ἄλλου γένους εἶδει καὶ διαφορᾶ· τὸ γὰρ ζῶον οὔτε φρονήσει οὐδεμιᾶ ὑπάρχει οὔτε θεωρητικῆ, ἢ δὲ φρόνησις τινὶ θεωρητικῆ. εἰ οὖν ληφθεῖ τὸ μὲν A μηδενὶ τῷ [15] B, τὸ δὲ B παντὶ τῷ Γ, οὐδενὶ τῷ Γ τὸ A ὑπάρξει· τοῦτο δ' ἦν ἀληθές.

[54b9] O mesmo também se dá [10] sendo a premissa AB privativa.<sup>76</sup> Pois é possível que A não se atribua a nenhum B e a nenhum C, ao passo que B se atribui a algum C – como, por exemplo, um gênero [A] em relação à espécie [B] e à diferença [C] de outro gênero. Pois *animal* [A] não se atribui a nenhuma *sabedoria*<sup>77</sup> [B] e a nenhuma *disposição teórica*<sup>78</sup> [C], mas *sabedoria* [B] se atribui a alguma *disposição teórica* [C]. Se se assume, então, que A [*animal*] não se atribui a nenhum [15] B [*sabedoria*] e que B [*sabedoria*] se atribui a todo C<sup>79</sup> [*disposição teórica*], A [*animal*] não se atribuirá a nenhum C [*disposição teórica*] – isso que já era verdade.

[54b17] Ἐπὶ δὲ τῶν ἐν μέρει συλλογισμῶν ἐνδέχεται καὶ τῆς πρώτης προτάσεως ὅλης οὔσης ψευδοῦς τῆς δ' ἐτέρας ἀληθοῦς ἀληθὲς εἶναι τὸ συμπέρασμα, καὶ ἐπὶ τι ψευδοῦς οὔσης τῆς [20] πρώτης τῆς δ' ἐτέρας ἀληθοῦς, καὶ τῆς μὲν ἀληθοῦς τῆς δ' ἐν μέρει ψευδοῦς, καὶ ἀμφοτέρων ψευδῶν.

[54b17] Em relação às deduções parciais, também é possível haver uma conclusão verdadeira quando (i) a primeira premissa for inteiramente falsa e a segunda premissa for verdadeira, (ii)

---

todo *bípede* seja *humano* – ou seja, existem *bípedes* que não são *humanos*.

<sup>76</sup> Quer dizer, se a premissa maior AB for negativa (ou seja, assumindo-se que “A não se atribui a nenhum B” ou “nenhum B é A”), também será possível obter uma conclusão verdadeira partindo de AB verdadeira e BC parcialmente falsa.

<sup>77</sup> Aristóteles usa o termo “φρόνησις” – examinado minuciosamente no livro VI da *Ética Nicomaqueia* –, também traduzido amiúde como “prudência” ou “sabedoria prática”.

<sup>78</sup> Aristóteles usa apenas o adjetivo “θεωρητικῆ”, e, relação ao qual uma grande parte dos tradutores subentendem o substantivo “conhecimento” ou “ciência” (“ἐπιστήμη”). Para justificar o acréscimo que fiz do termo “disposição”, cito a seguinte passagem da *Ética Nicomaqueia*: “Começamos, então, por essas [virtudes ou disposições] de que antes falamos. Sejam, assim, aquelas pelas quais a alma articula a verdade – afirmando ou negando – cinco em número; são elas: arte, ciência, prudência, sabedoria e inteligência [...]. Assim, a ciência é uma *disposição demonstrativa* [ἔξις ἀποδεικτική] com todos os demais traços que determinamos nos *Analíticos*” (EN VI, 3, 1139 b 14-33). Nesse sentido, embora o filósofo não o diga explicitamente neste trecho dos *Primeiros Analíticos*, o gênero do qual a φρόνησις (ou sabedoria) seria uma espécie é a *disposição* (ἔξις ou διάθεσις), sendo um de seus tipos (ou diferenças) a *disposição teórica* – em contraposição, por exemplo, com as *disposições práticas*.

<sup>79</sup> Eis a premissa parcialmente falsa do argumento: “*sabedoria* se atribui a toda *disposição teórica*” (ou “toda *disposição teórica* é *sabedoria*”) – que não é *inteiramente* falsa, porque alguma *disposição teórica* é *sabedoria*, embora nem toda *disposição teórica* o seja.

a [20] primeira premissa for parcialmente falsa e a segunda premissa for verdadeira, (iii) a primeira premissa for verdadeira e a premissa parcial<sup>80</sup> for falsa, e (iv) ambas as premissas forem falsas.

[54b21] οὐδὲν γὰρ κωλύει τὸ Α τῷ μὲν Β μηδενὶ ὑπάρχειν τῷ δὲ Γ τινί, καὶ τὸ Β τῷ Γ τινί, οἷον ζῶον οὐδεμιᾶ χιόνι λευκῷ δὲ τινὶ ὑπάρχει, καὶ ἡ χιὼν λευκῷ τινί. εἰ οὖν μέσον τεθείη ἡ χιὼν, [25] πρῶτον δὲ τὸ ζῶον, καὶ ληφθείη τὸ μὲν Α ὅλω τῷ Β ὑπάρχειν, τὸ δὲ Β τινὶ τῷ Γ, ἡ μὲν Α Β ὅλη ψευδής, ἡ δὲ Β Γ ἀληθής, καὶ τὸ συμπέρασμα ἀληθές.

[54b21] Pois nada impede que A não se atribua a nenhum B e se atribua a algum C, e B se atribua a algum C – como, por exemplo, *animal* [A] não se atribui a nenhuma *neve* [B], mas se atribui a algo *branco* [C], e *neve* [B] se atribui a algo *branco* [C]. Se se coloca, então, *neve* como termo médio [25] e *animal* como primeiro termo<sup>81</sup>, e se assume que A [*animal*] se atribui inteiramente a B<sup>82</sup> [*neve*], e B [*neve*] se atribui a algum C [*branco*], sendo a premissa AB inteiramente falsa e a premissa BC verdadeira, a conclusão também será verdadeira.<sup>83</sup>

[54b27] ὁμοίως δὲ καὶ στερητικῆς οὐσης τῆς Α Β προτάσεως· ἐγγωρεῖ γὰρ τὸ Α τῷ μὲν Β ὅλω ὑπάρχειν τῷ δὲ Γ τινὶ μὴ ὑπάρχειν, τὸ μέντοι [30] Β τινὶ τῷ Γ ὑπάρχειν, οἷον τὸ ζῶον ἀνθρώπῳ μὲν παντὶ ὑπάρχει, λευκῷ δὲ τινὶ οὐχ ἔπεται, ὁ δ' ἄνθρωπος τινὶ λευκῷ ὑπάρχει, ὥστ' εἰ μέσου τεθέντος τοῦ ἀνθρώπου ληφθείη τὸ Α μηδενὶ τῷ Β ὑπάρχειν, τὸ δὲ Β τινὶ τῷ Γ ὑπάρχειν, ἀληθές ἔσται τὸ συμπέρασμα ψευδοῦς οὐσης ὅλης τῆς Α Β [35] προτάσεως.

[54b27] O mesmo também se dá se a premissa AB for privativa. Pois é possível que A se atribua inteiramente a B e não se atribua a algum C, ao passo que [30] B se atribui a algum C – como, por exemplo, *animal* [A] se atribui a todo *humano* [B], mas não acompanha algo *branco* [C], e *humano* [B] se atribui a algo *branco* [C], de modo que, se se coloca *humano* como termo médio e se assume que A [*animal*] não se atribui a nenhum B [*humano*] e que B [*humano*] se atribui a algum C [*branco*], haverá uma conclusão verdadeira<sup>84</sup> partindo de [35] uma premissa AB inteiramente falsa.

---

<sup>80</sup> Considerando que Aristóteles trata aqui das deduções parciais da primeira figura – ou seja *Darii* (ou AII-1) e *Ferio* (ou EIO-1) –, por “premissa parcial”, então, ele se refere à *segunda premissa* ou *premissa menor* de tais deduções – que será uma premissa parcial afirmativa (como “algum A é B” ou “B se atribui a algum A”).

<sup>81</sup> Por “primeiro termo”, entenda-se “termo maior”.

<sup>82</sup> Quer dizer, se se assume que “A [*animal*] se atribui a todo B [*neve*]” (ou “todo B [*neve*] é A [*animal*]”) – que é uma premissa inteiramente falsa.

<sup>83</sup> A saber, que “*animal* se atribui a algo *branco*” (ou “algo *branco* é *animal*”).

<sup>84</sup> A saber, que “*animal* não se atribui a algo *branco*” (ou “algo *branco* não é *animal*”).

[54b35] καὶ εἰ ἐπὶ τι ψευδῆς ἢ Α Β πρότασις, ἔσται τὸ συμπέρασμα ἀληθές. οὐδὲν γὰρ κωλύει τὸ Α καὶ τῷ Β καὶ τῷ Γ τινὶ ὑπάρχειν, καὶ τὸ Β τῷ Γ τινὶ ὑπάρχειν, οἷον τὸ ζῶον τινὶ καλῶ καὶ τινὶ μεγάλῳ, καὶ τὸ καλὸν τινὶ μεγάλῳ ὑπάρχειν. ἐὰν οὖν ληφθῆ τὸ Α παντὶ τῷ Β καὶ τὸ Β τινὶ τῷ Γ, [55a1] ἢ μὲν Α Β πρότασις ἐπὶ τι ψευδῆς ἔσται, ἢ δὲ Β Γ ἀληθῆς, καὶ τὸ συμπέρασμα ἀληθές. ὁμοίως δὲ καὶ στερητικῆς οὔσης τῆς Α Β προτάσεως: οἱ γὰρ αὐτοὶ ὅροι ἔσονται καὶ ὡσαύτως κείμενοι πρὸς τὴν ἀπόδειξιν.

[54b35] E se a premissa AB for parcialmente falsa, também haverá uma conclusão verdadeira. Pois nada impede que A se atribua a algum B e a algum C, e B se atribua a algum C – como, por exemplo, *animal* [A] se atribui a algo *belo* [B] e a algo *grande* [C], e *belo* [B] se atribui a algo *grande* [C]. Se se assume, então, que A [*animal*] se atribui a todo B [*belo*] e que B [*belo*] se atribui a algum C [*grande*], [55a1] a premissa AB será parcialmente falsa, a premissa BC será verdadeira, e a conclusão será verdadeira.<sup>85</sup> O mesmo também se dá se a premissa AB for privativa – já que, com os mesmos termos e a mesma disposição, pode-se fazer tal demonstração.<sup>86</sup>

[55a4] Πάλιν εἰ ἢ μὲν Α Β [5] ἀληθῆς ἢ δὲ Β Γ ψευδῆς, ἀληθές ἔσται τὸ συμπέρασμα. οὐδὲν γὰρ κωλύει τὸ Α τῷ μὲν Β ὅλῳ ὑπάρχειν τῷ δὲ Γ τινί, καὶ τὸ Β τῷ Γ μηδενὶ ὑπάρχειν, οἷον ζῶον κύκνῳ μὲν παντὶ μέλανι δὲ τινί, κύκνος δὲ οὐδενὶ μέλανι. ὥστ' εἰ ληφθεῖ παντὶ τῷ Β τὸ Α καὶ τὸ Β τινὶ τῷ Γ, ἀληθές [10] ἔσται τὸ συμπέρασμα ψευδοῦς ὄντος τοῦ Β Γ.

[55a4] Novamente<sup>87</sup>, se a premissa AB for [5] verdadeira e BC for falsa, haverá uma conclusão verdadeira. Pois nada impede que A se atribua a B como um todo e a algum C, e B não se atribua a nenhum C – como, por exemplo, *animal* [A] se atribui a todo *cisne* [B] e a algo *negro* [C], e *cisne* [B] não se atribui a nada *negro*<sup>88</sup> [C]. De modo que, se se assume que A [*animal*]

<sup>85</sup> A saber, que “*animal* se atribui a algo *grande*” (ou “algo *grande* é *animal*”).

<sup>86</sup> Quer dizer, para mostrar que é possível obter uma conclusão verdadeira em *Ferio* (ou EIO-1) com a primeira premissa parcialmente falsa e a segunda premissa verdadeira, pode-se assumir que: (i) “*animal* [A] não se atribui a nada *belo* [B]” (ou “nada *belo* [B] é *animal* [A]”) e (ii) “*belo* [B] se atribui a algo *grande* [C]” (ou “algo *grande* [C] é *belo* [B]”), deduzindo-se que (iii) “*animal* [A] não se atribui a algo *grande* [C]” (ou “algo *grande* [C] não é *animal* [A]”). No texto, operei uma paráfrase, já que, literalmente, o que o filósofo diz é: “os termos serão os mesmos e estarão dispostos do mesmo modo para a demonstração”.

<sup>87</sup> Quer dizer, invertendo o valor de verdade das premissas – e, assim, assumindo uma premissa maior verdadeira e uma premissa menor falsa.

<sup>88</sup> Novamente, vale lembrar que, para o filósofo, a proposição “nenhum *cisne* é *negro*” era considerada uma proposição verdadeira.

se atribui a todo B [*cisne*] e B [*cisne*] a algo *negro* [C], [10] haverá uma conclusão verdadeira<sup>89</sup>, sendo falsa a premissa BC.

[55a10] ὁμοίως δὲ καὶ στερητικῆς λαμβανομένης τῆς A B προτάσεως. ἐγχωρεῖ γὰρ τὸ A τῷ μὲν B μηδενὶ τῷ δὲ Γ τινὶ μὴ ὑπάρχειν, τὸ μέντοι B μηδενὶ τῷ Γ, οἷον τὸ γένος τῷ ἐξ ἄλλου γένους εἶδει καὶ τῷ συμβεβηκότι τοῖς αὐτοῦ εἶδεσι· τὸ γὰρ ζῶον [15] ἀριθμῷ μὲν οὐδενὶ ὑπάρχει λευκῷ δὲ τινὶ, ὁ δ' ἀριθμὸς οὐδενὶ λευκῷ· ἐὰν οὖν μέσον τεθῆ ὁ ἀριθμὸς, καὶ ληφθῆ τὸ μὲν A μηδενὶ τῷ B, τὸ δὲ B τινὶ τῷ Γ, τὸ A τινὶ τῷ Γ οὐχ ὑπάρξει, ὅπερ ἦν ἀληθές· καὶ ἡ μὲν A B πρότασις ἀληθής, ἡ δὲ B Γ ψευδής.

[55a10] O mesmo também se dá se se toma uma premissa AB privativa. Pois é possível que A não se atribua a nenhum B e não se atribua a algum C, ao passo que B não se atribui a nenhum C – como, por exemplo, um gênero [A] não se atribui a nenhuma espécie [B] de outro gênero e não se atribui a algum acidente [C] de suas próprias espécies. Pois *animal* [A] não se atribui [15] a nenhum *número* [B] e se atribui a algo *branco*<sup>90</sup> [C], ao passo que *número* [B] não se atribui a nada *branco* [C]. Se se coloca, então, *número* como termo médio, e se assume que A [*animal*] não se atribui a nenhum B [*número*], e que B [*número*] se atribui a algum C [*branco*], A [*animal*] não se atribuirá a algum C<sup>91</sup> [*branco*], o que era verdade – sendo a premissa AB verdadeira e a premissa BC falsa.

[55a19] καὶ εἰ ἐπὶ τι ψευδῆς ἡ A B, [20] ψευδῆς δὲ καὶ ἡ B Γ, ἔσται τὸ συμπέρασμα ἀληθές. οὐδὲν γὰρ κωλύει τὸ A τῷ B τινὶ καὶ τῷ Γ τινὶ ὑπάρχειν ἑκατέρω, τὸ δὲ B μηδενὶ τῷ Γ, οἷον εἰ ἐναντίον τὸ B τῷ Γ, ἄμφω δὲ συμβεβηκότα τῷ αὐτῷ γένει· τὸ γὰρ ζῶον τινὶ λευκῷ καὶ τινὶ μέλανι ὑπάρχει, λευκὸν δ' οὐδενὶ μέλανι. [25] ἐὰν οὖν ληφθῆ τὸ A παντὶ τῷ B καὶ τὸ B τινὶ τῷ Γ, ἀληθές ἔσται τὸ συμπέρασμα. καὶ στερητικῆς δὲ λαμβανομένης τῆς A B ὡσαύτως· οἱ γὰρ αὐτοὶ ὄροι καὶ ὡσαύτως τεθήσονται πρὸς τὴν ἀπόδειξιν.

<sup>89</sup> A saber, que “*animal* se atribui a algo *negro*” (ou “algo *negro* é *animal*”).

<sup>90</sup> Seria natural esperar que, aqui, Aristóteles dissesse “*animal não* se atribui a algo *branco*”, já que, logo antes, havia dito que “um *gênero* [A] [...] **não** se atribui a algum acidente [C]”. No entanto, tratando-se de um acidente, é natural que um gênero – como *animal* – se atribua a alguns entes com tal acidente e não se atribua a outros, ou seja, que *animal* se atribua a algo *branco* e também **não** se atribua a algo *branco*. Aqui e nos próximos capítulos, Aristóteles eventualmente usa uma proposição parcial com o sentido implícito de que tanto a parcial afirmativa quanto a negativa são verdadeiras – confira, por exemplo, 56a14-18 e 56a35-36.

<sup>91</sup> Entendendo que, na ocorrência acima de “*animal* se atribui a algo *branco*”, Aristóteles quis dizer que “*animal se atribui* a algo *branco* e *animal não se atribui* a algo *branco*” (ou, dito de outro modo, “*animal* se atribui a algo – mas não tudo – que é *branco*”).

**[55a19]** E se a premissa AB for parcialmente falsa [20] e a premissa BC também for falsa, haverá uma conclusão verdadeira. Pois nada impede que A se atribua a algum B e a algum C, e B não se atribua a nenhum C – como, por exemplo, se B for contrário a C, sendo ambos acidentes de um mesmo gênero [A]. Pois *animal* [A] se atribui tanto a algo *branco* [B] quanto a algo *negro* [C], mas *branco* [B] não se atribui a nada *negro* [C]. [25] Se se assume, então, que A [*animal*] se atribui a todo B [*branco*] e B [*branco*] a algum C [*negro*], haverá uma conclusão verdadeira.<sup>92</sup> O mesmo também ocorre se se toma uma premissa AB privativa – já que, com os mesmos termos e a mesma disposição, pode-se fazer tal demonstração.<sup>93</sup>

**[55a28]** καὶ ἀμφοτέρων δὲ ψευδῶν οὐσῶν ἔσται τὸ συμπέρασμα ἀληθές· ἐγγωρεῖ γὰρ τὸ Α τῷ [30] μὲν Β μηδενὶ τῷ δὲ Γ τινὶ ὑπάρχειν, τὸ μέντοι Β μηδενὶ τῷ Γ, οἷον τὸ γένος τῷ ἐξ ἄλλου γένους εἶδει καὶ τῷ συμβεβηκότι τοῖς εἶδεσι τοῖς αὐτοῦ· ζῷον γὰρ ἀριθμῷ μὲν οὐδενὶ λευκῷ δὲ τινὶ ὑπάρχει, καὶ ὁ ἀριθμὸς οὐδενὶ λευκῷ. ἐὰν οὖν ληφθῆ τὸ Α παντὶ τῷ Β καὶ τὸ Β τινὶ τῷ Γ, τὸ [35] μὲν συμπέρασμα ἀληθές, αἱ δὲ προτάσεις ἄμφο ψευδεῖς.

**[55a28]** E se ambas as premissas forem falsas, também haverá uma conclusão verdadeira. Pois é possível que A não se atribua a [30] nenhum B e se atribua a algum C, ao passo que B não se atribui a nenhum C – como, por exemplo, um gênero [A] em relação à espécie [B] de outro gênero e a um acidente [C] de suas próprias espécies. Pois *animal* [A] não se atribui a nenhum *número* [B] mas se atribui a algo *branco* [C], e *número* [B] não se atribui a nada *branco* [C]. Se se assume, então, que A [*animal*] se atribui a todo B [*número*] e B [*número*] se atribui a algum C [*branco*], a [35] conclusão será verdadeira<sup>94</sup>, embora ambas as premissas sejam falsas.

**[55a36]** ὁμοίως δὲ καὶ στερητικῆς οὔσης τῆς Α Β. οὐδὲν γὰρ κωλύει τὸ Α τῷ μὲν Β ὅλῳ ὑπάρχειν τῷ δὲ Γ τινὶ μὴ ὑπάρχειν, μηδὲ τὸ Β μηδενὶ τῷ Γ, οἷον ζῷον κύκνῳ μὲν παντὶ μέλανι δὲ τινὶ οὐχ ὑπάρχει, κύκνος δ' οὐδενὶ μέλανι. ὥστ' εἰ [40] ληφθεῖ τὸ Α μηδενὶ τῷ Β, τὸ δὲ Β

<sup>92</sup> A saber, que “*animal* se atribui a algo *negro*” (ou “algo *negro* é *animal*”).

<sup>93</sup> Operei uma paráfrase no texto. Literalmente, o que Aristóteles diz é: “os termos serão os mesmos e estarão dispostos do mesmo modo para a demonstração”. Quer dizer, para mostrar que é possível obter uma conclusão verdadeira em *Ferio* (ou EIO-1) com a primeira premissa parcialmente falsa e a segunda premissa falsa, pode-se assumir que: (i) “*animal* [A] não se atribui a nada *branco* [B]” (ou “nada *branco* [B] é *animal* [A]”) e (ii) “*branco* [B] se atribui a algo *negro* [C]” (ou “algo *negro* [C] é *branco* [B]”), deduzindo-se que (iii) “*animal* [A] não se atribui a algo *negro* [C]” (ou “algo *negro* [C] não é *animal* [A]”).

<sup>94</sup> A saber, que “*animal* se atribui a algo *branco*” (ou “algo *branco* é *animal*”) – conclusão obtida por *Darii* (ou AII-1).

τινὶ τῷ Γ, τὸ Α τινὶ [b1] τῷ Γ οὐχ ὑπάρξει. τὸ μὲν οὖν συμπέρασμα ἀληθές, αἱ δὲ προτάσεις ψευδεῖς.

**[55a36]** O mesmo também se dá se a premissa AB for privativa. Pois nada impede que A se atribua inteiramente a B e não se atribua a algum C, e B não se atribua a nenhum C – como, por exemplo, *animal* [A] se atribui a todo *cisne* [B] e não se atribui a algo *negro* [C], e *cisne* [B] não se atribui a nada *negro* [C]. De modo que, se [40] se assume que A [*animal*] não se atribui a nenhum B [*cisne*] e que B [*cisne*] se atribui a algum C [*negro*], A [*animal*] não se atribuirá [b1] a algum C [*negro*]. A conclusão, portanto, será verdadeira, ainda que as premissas sejam falsas.

### Capítulo 3 (55b3-56b3)

[Casos na segunda figura nos quais se deduz uma conclusão verdadeira a partir de premissas falsas]

**[55b3]** Ἐν δὲ τῷ μέσῳ σχήματι πάντως ἐγχωρεῖ διὰ ψευδῶν ἀληθῆς συλλογίσασθαι, καὶ ἀμφοτέρων τῶν προτάσεων [5] ὅλων ψευδῶν λαμβανομένων καὶ ἐπὶ τι ἐκατέρας, καὶ τῆς μὲν ἀληθοῦς τῆς δὲ ψευδοῦς οὐσης [ὅλης] ὅποτερασοῦν ψευδοῦς τιθεμένης, [καὶ εἰ ἀμφοτέραι ἐπὶ τι ψευδεῖς, καὶ εἰ ἢ μὲν ἀπλῶς ἀληθῆς ἢ δ' ἐπὶ τι ψευδῆς, καὶ εἰ ἢ μὲν ὅλη ψευδῆς ἢ δ' ἐπὶ τι ἀληθῆς,] καὶ ἐν τοῖς καθόλου καὶ ἐπὶ τῶν ἐν μέρει [10] συλλογισμῶν.

**[55b3]** Na figura média<sup>95</sup>, é possível deduzir de todas as formas uma conclusão verdadeira partindo de premissas falsas, tanto (i) tomando ambas as premissas como [5] inteiramente falsas<sup>96</sup>, quanto (ii) tomando cada uma delas como parcialmente falsa, ou (iii) uma sendo verdadeira e a outra falsa – independentemente de qual das duas seja falsa –, tanto nas deduções universais quanto nas [10] deduções parciais.<sup>97</sup>

**[55b10]** εἰ γὰρ τὸ Α τῷ μὲν Β μηδενὶ ὑπάρχει τῷ δὲ Γ παντί, οἷον ζῶον λίθῳ μὲν οὐδενὶ ἴπῳ δὲ παντί, ἐὰν ἐναντίως τεθῶσιν αἱ προτάσεις καὶ ληφθῆ τὸ Α τῷ μὲν Β παντί τῷ δὲ Γ μηδενί, ἐκ ψευδῶν ὅλων τῶν προτάσεων ἀληθῆς ἔσται τὸ συμπέρασμα. ὁμοίως δὲ καὶ εἰ τῷ μὲν Β [15] παντί τῷ δὲ Γ μηδενὶ ὑπάρχει τὸ Α· ὁ γὰρ αὐτὸς ἔσται συλλογισμὸς.

<sup>95</sup> Quer dizer, na *segunda* figura.

<sup>96</sup> Considerando que só proposições universais podem ser inteiramente falsas, duas das quatro deduções na segunda figura poderão ter ambas as premissas inteiramente falsas, a saber, EAE-2 (ou *Cesare*) e AEE-2 (ou *Camestres*). As outras duas deduções – EIO-2 (ou *Festino*) e AOO-2 (ou *Baroco*) – possuem uma premissa parcial.

<sup>97</sup> Neste parágrafo, sigo as sugestões de Ross para desconsiderar e excluir os trechos entre colchetes – assim como o fez Mignucci. A primeira exclusão é a da palavra “ὅλης” (“inteiramente”) – na passagem “uma sendo verdadeira e a outra [inteiramente] falsa” –, já que “uma sendo verdadeira e a outra falsa” (ou seja, *falsa* de diversos modos possíveis) descreve de modo mais abrangente o que o filósofo de fato apresenta no capítulo. A segunda exclusão é a do trecho “καὶ εἰ ἀμφοτέραι ἐπὶ τι ψευδεῖς, καὶ εἰ ἢ μὲν ἀπλῶς ἀληθῆς ἢ δ' ἐπὶ τι ψευδῆς, καὶ εἰ ἢ μὲν ὅλη ψευδῆς ἢ δ' ἐπὶ τι ἀληθῆς” – que aparece no final do parágrafo “independentemente de qual das duas seja falsa – [e se ambas forem parcialmente falsas, ou se uma for absolutamente verdadeira e a outra for parcialmente falsa, ou se uma for inteiramente falsa e a outra for parcialmente verdadeira], tanto nas deduções universais quanto nas deduções parciais”. Em relação à passagem “εἰ ἀμφοτέραι ἐπὶ τι ψευδεῖς”, como nota Mignucci, ela seria “uma mera repetição” do que Aristóteles acabara de dizer: “tomando cada uma delas como parcialmente falsa” (“[ψευδῶν...] ἐπὶ τι ἐκατέρας”) – e, de fato, o filósofo mostra que é possível deduzir uma conclusão verdadeira a partir de duas premissas parcialmente falsas (em 55b38-56a4). Já no restante do trecho entre colchetes, aparecem as inglêsias expressões “absolutamente verdadeira” (“ἀπλῶς ἀληθῆς”) e “parcialmente verdadeira” (“ἐπὶ τι ἀληθῆς”), sem outras ocorrências no conjunto dos capítulos 2-4 – razão pela qual considerou-se tal passagem como inautêntica.

[55b10] Com efeito, se A não se atribui a nenhum B mas se atribui a todo C – como, por exemplo, *animal* [A] não se atribui a nenhuma *pedra* [B] mas se atribui a todo *cavalo* [C], caso se coloquem as premissas contrárias e se assuma que A [*animal*] se atribui a todo B [*pedra*] e A [*animal*] não se atribui a nenhum C [*cavalo*], haverá uma conclusão verdadeira.<sup>98</sup> partindo de premissas inteiramente falsas. E o mesmo também se dá caso A seja atribuído [15] a todo B e não seja atribuído a nenhum C<sup>99</sup> – pois haverá a mesma dedução.<sup>100</sup>

[55b16] Πάλιν εἰ ἡ μὲν ἑτέρα ὅλη ψευδῆς ἢ δ' ἑτέρα ὅλη ἀληθῆς· οὐδὲν γὰρ κωλύει τὸ Α καὶ τῷ Β καὶ τῷ Γ παντὶ ὑπάρχειν, τὸ μέντοι Β μηδενὶ τῷ Γ, οἷον τὸ γένος τοῖς μὴ ὑπ' ἄλληλα εἶδεσιν. τὸ γὰρ ζῷον καὶ ἵππῳ παντὶ [20] καὶ ἀνθρώπῳ, καὶ οὐδεὶς ἄνθρωπος ἵππος. ἐὰν οὖν ληφθῆ τῷ μὲν παντὶ τῷ δὲ μηδενὶ ὑπάρχειν, ἡ μὲν ὅλη ψευδῆς ἔσται ἢ δ' ὅλη ἀληθῆς, καὶ τὸ συμπέρασμα ἀληθὲς πρὸς ὅποτερωοῦν τεθέντος τοῦ στερητικοῦ.

[55b16] Novamente<sup>101</sup>, se uma das premissas for inteiramente falsa e a outra for inteiramente verdadeira: pois nada impede que A se atribua a todo B e a todo C, ao passo que B não se atribui a nenhum C – como, por exemplo, o gênero [A] em relação às espécies [B e C] que não se atribuem uma à outra. Pois *animal* [A] se atribui tanto a todo *cavalo* [B] quanto a todo [20] *humano* [C], e nenhum *humano* [C] é *cavalo* [B]. Então, caso se assuma que *animal* [A] se atribui a todo *cavalo* [B] e *animal* [A] não se atribui a nenhum *humano*<sup>102</sup> [C], haverá uma

<sup>98</sup> A saber, que “*pedra* [B] não se atribui a nenhum *cavalo* [C]” (ou “nenhum *cavalo* é *pedra*”).

<sup>99</sup> Invertendo as premissas, mas mantendo os mesmos termos, temos o seguinte argumento EAE-2 (ou *Cesare*) com duas premissas inteiramente falsas e uma conclusão verdadeira: se (i) “*animal* [A] não se atribui a nenhum *cavalo* [B]” (ou “nenhum *cavalo* é *animal*”) e (ii) “*animal* [A] se atribui a toda *pedra* [C]” (ou “toda *pedra* é *animal*”), portanto, (iii) “*cavalo* [B] não se atribui a nenhum *pedra* [C]” (ou “nenhuma *pedra* é *cavalo*”) – a única diferença em relação ao caso anterior é que os termos da conclusão (que é convertível) aparecem na ordem inversa.

<sup>100</sup> Vale lembrar que as duas deduções universais da segunda figura – EAE-2 e AEE-2 (também conhecidas como *Cesare* e *Camestres*) – são convertidas por Aristóteles (no capítulo 5 do livro I) na mesma dedução da primeira figura, a saber, EAE-1 (ou *Celarent*). No caso de *Cesare* – (i) “**M não se atribui a nenhum N**” (ou “**nenhum N é M**”) e (ii) “M se atribui a todo O” (ou “todo O é M”), portanto, (iii) “N não se atribui a nenhum O” (ou “nenhum O é N”) –, o filósofo apenas converte a primeira premissa, transformando-o em *Celarent*, na primeira figura – (i’) “**N não se atribui a nenhum M**” (ou “**nenhum M é N**”) e (ii) “M se atribui a todo O” (ou “todo O é M”), portanto, (iii) “N não se atribui a nenhum O” (ou “nenhum O é N”) (cf. 27a5-9). No caso de *Camestres* – (iv) “M se atribui a todo N” (ou “todo N é M”) e (v) “**M não se atribui a nenhum O**” (ou “**nenhum O é M**”), portanto, (vi) “N não se atribui a nenhum O” (ou “nenhum O é N”) –, o filósofo converte a primeira premissa, inverte a ordem das premissas e converte a conclusão para transformá-lo em *Celarent* – (v’) “**O não se atribui a nenhum M**” (ou “**nenhum M é O**”), (iv) “M se atribui a todo N” (ou “todo N é M”), portanto, (vi) “O não se atribui a nenhum N” (ou “nenhum N é O”) (cf. 27a9-11). Consequentemente, tudo aquilo que funciona com EAE-2 (ou *Cesare*) também costuma funcionar com AEE-2 (ou *Camestres*), tendo como principal diferença a inversão dos termos da conclusão.

<sup>101</sup> Subentenda-se: “é possível obter uma conclusão verdadeira”.

<sup>102</sup> Literalmente, o que Aristóteles escreve é: “caso se assuma que se atribui a todo e não se atribui a

premissa inteiramente falsa e uma premissa inteiramente verdadeira, e a conclusão será verdadeira, independentemente de qual das premissas for colocada como negativa.<sup>103</sup>

[55b23] καὶ εἰ ἡ ἕτέρα ἐπὶ τι ψευδής, ἢ δ' ἕτερα ὅλη ἀληθής. ἐγχορεῖ γὰρ τὸ Α τῷ [25] μὲν Β τινὶ ὑπάρχειν τῷ δὲ Γ παντί, τὸ μέντοι Β μηδενὶ τῷ Γ, οἷον ζῶον λευκῷ μὲν τινὶ κόρακι δὲ παντί, καὶ τὸ λευκὸν οὐδενὶ κόρακι. ἐὰν οὖν ληφθῆ τὸ Α τῷ μὲν Β μηδενὶ τῷ δὲ Γ ὅλω ὑπάρχειν, ἢ μὲν Α Β πρότασις ἐπὶ τι ψευδής, ἢ δ' Α Γ ὅλη ἀληθής, καὶ τὸ συμπέρασμα ἀληθές. [30] καὶ μετατιθεμένου δὲ τοῦ στερητικοῦ ὡσαύτως· διὰ γὰρ τῶν αὐτῶν ὄρων ἡ ἀπόδειξις.

[55b23] Também é o caso<sup>104</sup> se uma das premissas for parcialmente falsa e a outra for inteiramente verdadeira. Pois é possível que A se atribua a [25] algum B e a todo C, ao passo que B não se atribui a nenhum C – como, por exemplo, *animal* [A] se atribui a algo *branco* [B] e a todo *corvo* [C], e *branco* [B] não se atribui a nenhum *corvo* [C]. Então, caso se assuma que A [*animal*] não se atribui a nenhum B [*branco*] e A [*animal*] se atribui inteiramente a C [*corvo*], sendo a premissa AB<sup>105</sup> parcialmente falsa e a premissa AC<sup>106</sup> inteiramente verdadeira, também a conclusão<sup>107</sup> será verdadeira. [30] E o mesmo também se dá caso a premissa negativa seja deslocada (com efeito, a demonstração se dá através dos mesmos termos).<sup>108</sup>

---

nenhum”. Acrescentei os termos “*animal*”, “*cavalo*” e “*humano*”, pois, embora eles não apareçam no texto, há evidências de que o filósofo se refere a eles. O mesmo valeria invertendo “*cavalo*” e “*humano*”, quer dizer, o mesmo valeria “caso se assuma que *animal* [A] se atribui a todo *humano* [B] e *animal* [A] não se atribui a nenhum *cavalo* [C]”.

<sup>103</sup> Explicitando: se se assume como premissas (i) “*animal* se atribui a todo *humano*” (ou “todo *humano* é *animal*”) e (ii) “*animal* não se atribui a nenhum *cavalo*” (ou “nenhum *cavalo* é *animal*”), será possível concluir que (iii) “*humano* não se atribui a nenhum *cavalo*” (ou “nenhum *cavalo* é *humano*”). E o mesmo se dá invertendo a ordem das premissas: se (ii) “*animal* não se atribui a nenhum *cavalo*” (ou “nenhum *cavalo* é *animal*”) e (i) “*animal* se atribui a todo *humano*” (ou “todo *humano* é *animal*”), portanto, (iii) “*cavalo* não se atribui a nenhum *humano*” (ou “nenhum *humano* é *cavalo*”). Nesses dois exemplos, se trocarmos “*animal*” por “*pedra*”, teremos casos de argumentos que levam a uma conclusão verdadeira com uma premissa afirmativa inteiramente falsa (“todo *humano* é *pedra*” e “todo *cavalo* é *pedra*”) e uma premissa negativa verdadeira – diferentemente dos exemplos do filósofo, que têm a premissa negativa inteiramente falsa.

<sup>104</sup> Quer dizer: “também é o caso de se obter uma conclusão verdadeira”.

<sup>105</sup> “*Animal* [A] não se atribui a nada *branco* [B]” (ou “nenhuma coisa *branca* é *animal*”).

<sup>106</sup> “*Animal* [A] se atribui a todo *corvo* [C]” (ou “todo *corvo* é *animal*”).

<sup>107</sup> “*Branco* [B] não se atribui a nenhum *corvo* [C]” (ou “nenhum *corvo* é *branco*”).

<sup>108</sup> Quer dizer, é possível provar o mesmo resultado (isto é, deduzir uma conclusão verdadeira de uma premissa inteiramente verdadeira e uma premissa parcialmente falsa) apenas invertendo as premissas e tomando, como premissa maior, (i) “*animal* [A] se atribui a todo *corvo* [B]” (ou “todo *corvo* é *animal*”), como premissa menor, (ii) “*animal* [A] não se atribui a nada *branco* [C]” (ou “nenhuma coisa *branca* é *animal*”), concluindo-se que (iii) “*corvo* [B] não se atribui a nada *branco* [C]” (ou “nenhuma coisa *branca* é *corvo*”). Nunca é demais lembrar que tanto EAE-2 (ou *Cesare*) quanto AEE-2 (ou *Camestres*) são praticamente equivalentes e redutíveis à mesma dedução da primeira figura (EAE-1).

**[55b31]** καὶ εἰ ἡ καταφατικὴ πρότασις ἐπὶ τι ψευδής, ἡ δὲ στερητικὴ ὅλη ἀληθής. οὐδὲν γὰρ κωλύει τὸ Α τῷ μὲν Β τινὶ ὑπάρχειν τῷ δὲ Γ ὅλω μὴ ὑπάρχειν, καὶ τὸ Β μηδενὶ τῷ Γ, οἷον τὸ ζῶον λευκῷ μὲν τινὶ πίττη [35] δ' οὐδεμιᾷ, καὶ τὸ λευκὸν οὐδεμιᾷ πίττη. ὥστ' ἐὰν ληφθῆ τὸ Α ὅλω τῷ Β ὑπάρχειν τῷ δὲ Γ μηδενί, ἡ μὲν Α Β ἐπὶ τι ψευδής, ἡ δ' Α Γ ὅλη ἀληθής, καὶ τὸ συμπέρασμα ἀληθές.

**[55b31]** E isso também se dá caso a premissa afirmativa seja parcialmente falsa e a premissa privativa seja inteiramente verdadeira. Pois nada impede que A se atribua a algum B mas não se atribua a C inteiramente<sup>109</sup>, ao passo que B não se atribui a nenhum C – como, por exemplo, *animal* [A] se atribui a algo *branco* [B] mas não se atribui a [35] nenhum *piche* [C], e *branco* [B] não se atribui a nenhum *piche* [C]. De modo que, caso se assuma que A [*animal*] se atribui inteiramente a B [*branco*] e não se atribui a nenhum C [*piche*], sendo a premissa AB<sup>110</sup> parcialmente falsa e a premissa AC<sup>111</sup> inteiramente verdadeira, também a conclusão será verdadeira.<sup>112</sup>

**[55b38]** καὶ εἰ ἀμφοτέραι αἱ προτάσεις ἐπὶ τι ψευδεῖς, ἔσται τὸ συμπέρασμα ἀληθές. ἐγχωρεῖ γὰρ τὸ Α καὶ τῷ Β καὶ [40] τῷ Γ τινὶ ὑπάρχειν, τὸ δὲ Β μηδενὶ τῷ Γ, οἷον ζῶον καὶ [56a1] λευκῷ τινὶ καὶ μέλανι τινὶ, τὸ δὲ λευκὸν οὐδενὶ μέλανι. ἐὰν οὖν ληφθῆ τὸ Α τῷ μὲν Β παντὶ τῷ δὲ Γ μηδενί, ἄμφω μὲν αἱ προτάσεις ἐπὶ τι ψευδεῖς, τὸ δὲ συμπέρασμα ἀληθές. ὁμοίως δὲ καὶ μετατεθείσης τῆς στερητικῆς διὰ τῶν αὐτῶν ὄρων.

**[55b38]** E caso ambas as premissas sejam parcialmente falsas, também haverá uma conclusão verdadeira. Pois é possível que A se atribua a algum B e [40] a algum C, ao passo que B não se atribui a nenhum C – como, por exemplo, *animal* [A] se atribui tanto [56a1] a algo *branco* [B] quanto a algo *negro* [C], e *branco* [B] não se atribui a nada *negro* [C]. Então, caso se assuma que A [*animal*] se atribui a todo B [*branco*] e que A [*animal*] não se atribui a nenhum

---

<sup>109</sup> Por “[A] não se atribua a C inteiramente”, leia-se: “A não se atribui a *nenhum C*” (ou “nenhum C é A”).

<sup>110</sup> “*Animal* [A] se atribui a toda coisa *branca* [B]” (ou “toda coisa *branca* é *animal*”).

<sup>111</sup> “*Animal* [A] não se atribui a nenhum *piche* [C]” (ou “nenhum *piche* é *animal*”).

<sup>112</sup> A saber, “*branco* [B] não se atribui a nenhum *piche* [C]” (ou “nenhum *piche* é *branco*”). Embora Aristóteles não se dê o trabalho de dizê-lo, caso a ordem das premissas seja invertida, o mesmo resultado (com os termos da conclusão invertidos) também pode ser alcançado – obtendo-se um argumento EAE-2 (ou *Cesare*) que deduz uma conclusão verdadeira a partir de uma primeira premissa verdadeira e uma segunda premissa parcialmente falsa.

C [*negro*], sendo ambas as premissas parcialmente falsas, a conclusão<sup>113</sup> será verdadeira. E o mesmo também se dá deslocando a premissa negativa, por meio dos mesmos termos.<sup>114</sup>

[56a5] Φανερόν δὲ καὶ ἐπὶ τῶν ἐν μέρει συλλογισμῶν· οὐδὲν γὰρ κωλύει τὸ Α τῷ μὲν Β παντὶ τῷ δὲ Γ τινὶ ὑπάρχειν, καὶ τὸ Β τῷ Γ τινὶ μὴ ὑπάρχειν, οἷον ζῶον παντὶ ἀνθρώπῳ λευκῷ δὲ τινὶ, ἄνθρωπος δὲ τινὶ λευκῷ οὐχ ὑπάρξει. ἐὰν οὖν τεθῆ τὸ Α τῷ μὲν Β μηδενὶ ὑπάρχειν τῷ δὲ Γ τινὶ [10] ὑπάρχειν, ἢ μὲν καθόλου πρότασις ὅλη ψευδής, ἢ δ' ἐν μέρει ἀληθής, καὶ τὸ συμπέρασμα ἀληθές.

[56a5] O mesmo também é evidente no caso das deduções parciais. Pois nada impede que A se atribua a todo B e a algum C, e que B não se atribua a algum C – como, por exemplo, *animal* [A] se atribui a todo *humano* [B] e a algo *branco* [C], ao passo que *humano* [B] não se atribuirá a algo *branco* [C]. Então, caso se assuma que A [*animal*] não se atribui a nenhum B [*humano*] mas [10] se atribui a algum C [*branco*], sendo a premissa universal<sup>115</sup> inteiramente falsa e a premissa parcial<sup>116</sup> verdadeira, também a conclusão<sup>117</sup> será verdadeira.

[56a11] ὠσαύτως δὲ καὶ καταφατικῆς λαμβανομένης τῆς Α Β· ἐγγωρεῖ γὰρ τὸ Α τῷ μὲν Β μηδενὶ τῷ δὲ Γ τινὶ μὴ ὑπάρχειν, καὶ τὸ Β τῷ Γ τινὶ μὴ ὑπάρχειν, οἷον τὸ ζῶον οὐδενὶ ἀψύχῳ, λευκῷ [15] δὲ τινὶ, καὶ τὸ ἄψυχον οὐχ ὑπάρξει τινὶ λευκῷ. ἐὰν οὖν τεθῆ τὸ Α τῷ μὲν Β παντὶ τῷ δὲ Γ τινὶ μὴ ὑπάρχειν, ἢ μὲν Α Β πρότασις, ἢ καθόλου, ὅλη ψευδής, ἢ δὲ Α Γ ἀληθής, καὶ τὸ συμπέρασμα ἀληθές.

[56a11] Do mesmo modo também se dá tomando a premissa AB afirmativa. Pois é possível que A não se atribua a nenhum B e não se atribua a algum C, e que B não se atribua a algum C – como, por exemplo, *animal* [A] não se atribui a nada *inanimado* [B] e *animal* [A] se atribui a [15] algo *branco*<sup>118</sup> [C], e *inanimado* [B] não será atribuído a algo *branco* [C]. Então, caso

---

<sup>113</sup> “*Branco* [B] não se atribui a nada *negro* [C]” (ou “nada *negro* é *branco*”) – conclusão obtida por *Camestres* (ou AEE-2).

<sup>114</sup> Assim como nos casos apresentados nos parágrafos anteriores, ao inverter a ordem das premissas negativa e afirmativa, o mesmo resultado pode ser alcançado, com a única diferença de que a conclusão (universal negativa e, portanto, convertível) terá seus termos invertidos. Por exemplo: se (i) “*animal* [A] não se atribui a nada *negro* [B]” (ou “nada *negro* é *animal*”) e (ii) “*animal* [A] se atribui a tudo o que é *branco* [C]” (ou “tudo o que é *branco* é *animal*”), conclui-se – a partir de duas premissas parcialmente falsas – a proposição verdadeira (iii) “*negro* [B] não se atribui a nada *branco* [C]” (ou “nada *branco* é *negro*”).

<sup>115</sup> “*Animal* [A] não se atribui a nenhum *humano* [B]” (ou “nenhum *humano* é *animal*”).

<sup>116</sup> “*Animal* [A] se atribui a algo *branco* [C]” (ou “algo *branco* é *animal*”).

<sup>117</sup> A saber, que “*humano* [B] não se atribui a algo *branco* [C]” (ou “algo *branco* não é *humano*”) – conclusão obtida por *Festino* (ou EIO-2).

<sup>118</sup> Aqui, assim como em 55a11-15, seria natural esperar que Aristóteles dissesse “*animal* não se atribui

se assumo que A [*animal*] se atribui a todo B [*inanimado*] e A [*animal*] não se atribui a algum C<sup>119</sup> [*branco*], sendo a premissa AB<sup>120</sup> – a universal – inteiramente falsa e a premissa AC<sup>121</sup> verdadeira, também a conclusão<sup>122</sup> será verdadeira.

[56a18] καὶ τῆς μὲν καθόλου ἀληθοῦς τεθείσης, τῆς δ' ἐν μέρει ψευδοῦς. οὐδὲν γὰρ [20] κωλύει τὸ Α μήτε τῷ Β μήτε τῷ Γ μηδενὶ ἐπεσθαι, τὸ μέντοι Β τινὶ τῷ Γ μὴ ὑπάρχειν, οἷον ζῶον οὐδενὶ ἀριθμῷ οὐδ' ἀψύχῳ, καὶ ὁ ἀριθμὸς τινὶ ἀψύχῳ οὐχ ἔπεται. ἐὰν οὖν τεθῆ τὸ Α τῷ μὲν Β μηδενὶ τῷ δὲ Γ τινί, τὸ μὲν συμπέρασμα ἔσται ἀληθὲς καὶ ἡ καθόλου πρότασις, ἡ δ' ἐν μέρει [25] ψευδής.

[56a18] O mesmo também se dá colocando uma premissa universal verdadeira e uma premissa parcial falsa. Pois nada [20] impede que A não acompanhe nenhum B e nenhum C, ao passo que B não se atribui a algum C – como, por exemplo, *animal* [A] não acompanha nenhum *número* [B] e nenhum *inanimado* [C], e *número* [B] não acompanha algum *inanimado* [C]. Então, caso se assumo que A [*animal*] não se atribui a nenhum B [*número*] e A [*animal*] se atribui a algum C [*inanimado*], a conclusão<sup>123</sup> será verdadeira e também a premissa universal<sup>124</sup>, enquanto a premissa parcial<sup>125</sup> será [25] falsa.

[56a25] καὶ καταφατικῆς δὲ τῆς καθόλου τιθεμένης ὡσαύτως. ἐγχωρεῖ γὰρ τὸ Α καὶ τῷ Β καὶ τῷ Γ ὅλῳ ὑπάρχειν, τὸ μέντοι Β τινὶ τῷ Γ μὴ ἐπεσθαι, οἷον τὸ γένος τῷ εἴδει καὶ τῇ διαφορᾷ· τὸ γὰρ ζῶον παντὶ ἀνθρώπῳ καὶ ὄλῳ πεζῷ ἔπεται, ἄνθρωπος δ' οὐ παντὶ πεζῷ. ὥστ' ἂν ληφθῆ τὸ Α τῷ [30] μὲν Β ὅλῳ ὑπάρχειν, τῷ δὲ Γ τινὶ μὴ ὑπάρχειν, ἡ μὲν καθόλου πρότασις ἀληθής, ἡ δ' ἐν μέρει ψευδής, τὸ δὲ συμπέρασμα ἀληθές.

---

a algo *branco*” – considerando que, logo acima (e também na sequência do texto), o filósofo diz que “[A] **não** se atribui a algum C”. No entanto, como observa Ross, é possível resolver a questão entendendo “algum C é A” como “algum C é A e algum C não é A” (ou “A se atribui a algum C, mas não todo [C]”).

<sup>119</sup> Novamente, vale destacar que Aristóteles descreveu como fato que “*animal* [A] **se atribui** a algo *branco* [C]” e, logo em seguida, enuncia como segunda premissa do argumento “A [*animal*] **não** se atribui a algum C [*branco*]”, classificando tal premissa como verdadeira. Como foi dito na nota acima, entenda-se, então, “*animal* [não] se atribui a algo *branco*” como “*animal* se atribui a algo *branco* e não se atribui a algo *branco*” ou “algo *branco* é *animal* e algo *branco* não é”.

<sup>120</sup> “*Animal* [A] se atribui a todo *inanimado* [B]” (ou “todo *inanimado* é *animal*”).

<sup>121</sup> “*Animal* [A] não se atribui a algo *branco* [C]” (ou “algo *branco* não é *animal*”).

<sup>122</sup> A saber, que “*inanimado* [B] não se atribui a algo *branco* [C]” (ou “algo *branco* não é *inanimado*”) – conclusão obtida por *Baroco* (ou AOO-2).

<sup>123</sup> A saber, que “*número*[B] não se atribui a algo *inanimado* [C]” (ou “algo *inanimado* não é *número*”) – conclusão obtida por *Festino* (ou EIO-2).

<sup>124</sup> “*Animal* [A] não se atribui a nenhum *número* [B]” (ou “nenhum *número* é *animal*”).

<sup>125</sup> “*Animal* [A] se atribui a algo *inanimado* [C]” (ou “algo *inanimado* é *animal*”).

[56a25] E com uma premissa universal afirmativa também se dá o mesmo. Pois é possível que A se atribua inteiramente a B e a C, ao passo que B não acompanha algum C – como, por exemplo, o gênero [A] se atribui à espécie [B] e à diferença<sup>126</sup> [C]. Com efeito, *animal* [A] acompanha todo *humano* [B] e *animal* [A] acompanha *bípede*<sup>127</sup> [C] inteiramente, mas *humano* [B] não acompanha todo *bípede* [C]. De modo que, caso se assuma que A [*animal*] [30] se atribui inteiramente a B [*humano*] e que A [*animal*] não se atribui a algum C [*bípede*], sendo a premissa universal<sup>128</sup> verdadeira e a premissa parcial<sup>129</sup> falsa, a conclusão<sup>130</sup> será verdadeira.

[56a32] Φανερόν δὲ καὶ ὅτι ἐξ ἀμφοτέρων ψευδῶν ἔσται τὸ συμπέρασμα ἀληθές, εἴπερ ἐνδέχεται τὸ A καὶ τῷ B καὶ τῷ Γ ὅλῳ ὑπάρχειν, τὸ μὲντοι B τινὶ τῷ Γ μὴ [35] ἔπεσθαι. ληφθέντος γὰρ τοῦ A τῷ μὲν B μηδενὶ τῷ δὲ Γ τινὶ ὑπάρχειν, αἱ μὲν προτάσεις ἀμφοτέραι ψευδεῖς, τὸ δὲ συμπέρασμα ἀληθές.

[56a32] Também é evidente que partindo de duas premissas falsas haverá uma conclusão verdadeira, uma vez que A pode se atribuir inteiramente tanto a B quanto a C, ao passo que B não [35] acompanha algum C. Pois assumindo-se que A não se atribui a nenhum B mas se atribui a algum C<sup>131</sup>, embora as premissas sejam ambas falsas, a conclusão<sup>132</sup> será verdadeira.<sup>133</sup>

<sup>126</sup> Como bem observa Ross – e também fica claro pelo exemplo – trata-se de uma diferença que está inteiramente contida no gênero, mas não se limita a uma única espécie.

<sup>127</sup> Novamente, Aristóteles usa o termo “πεζός” (“pezos”), que significa literalmente “dotado de pés” (também traduzido como “pedestre” ou “terrestre”).

<sup>128</sup> “*Animal* [A] se atribui a todo *humano* [B]” (ou “todo *humano* é *animal*”).

<sup>129</sup> “*Animal* [A] não se atribui a algum *bípede* [C]” (ou “algum *bípede* não é *animal*”).

<sup>130</sup> A saber, que “*humano* [B] não se atribui a algum *bípede* [C]” (ou “algum *bípede* não é *humano*”) – obtida por *Baroco* (ou AOO-2).

<sup>131</sup> Assim como em 55a11-15 e em 56a14-18, Aristóteles parece usar “A se atribui a algum C” (ou “algum C é A”) com o sentido de “A se atribui a algum C e não se atribui a algum” (ou “algum C é A e algum não é”). Do contrário, as premissas do argumento não poderiam ser consideradas *ambas* falsas, já que, se “A se atribui inteiramente a C” (ou “todo C é A”), não seria falso assumir que “A se atribui a algum C” (ou “algum C é A”).

<sup>132</sup> A saber, que “B não se atribui a algum C” (ou “algum C não é B”).

<sup>133</sup> Como exemplo, aceite-se como fatos que: (i) “*animal* [A] se atribui a todo *humano* [B]” (ou “todo *humano* é *animal*”), (ii) “*animal* [A] se atribui a todo *pinguim* [C]” (ou “todo *pinguim* é *animal*”) e (iii) “*humano* [B] não se atribui a algum *pinguim* [C]” (ou “algum *pinguim* não é *humano*”). Em seguida, tome-se como premissas: (i’) “*animal* [A] não se atribui a nenhum *humano* [B]” (ou “nenhum *humano* é *animal*”) e (ii’) “*animal* [A] se atribui a algum *pinguim* [C] e não se atribui a algum *pinguim* [C]” (ou “algum *pinguim* é *animal* e algum não é”). Dessas duas premissas falsas, é possível obter a conclusão verdadeira (iii) “*humano* [B] não se atribui a algum *pinguim* [C]” (ou “algum *pinguim* não é *humano*”). Esquemáticamente:

**Fato**

**Argumento**

Todo *humano* [B] é *animal* [A] Nenhum *humano* [B] é *animal* [A] (inteiramente falsa)

Todo *pinguim* [C] é *animal* [A] Algum *pinguim* [C] é *animal* [A] (e algum *pinguim* [C] não é *animal* [A]) (falsa)

[56a37] ὁμοίως δὲ καὶ κατηγορικῆς οὐσῆς τῆς καθόλου προτάσεως, τῆς δ' ἐν μέρει στερητικῆς. ἐγγωρεῖ γὰρ τὸ A τῶ μὲν B μηδενὶ τῶ δὲ Γ παντὶ ἔπεσθαι, καὶ τὸ B [40] τινὶ τῶ Γ μὴ ὑπάρχειν, οἷον ζῶον ἐπιστήμη μὲν οὐδεμιᾷ ἀνθρώπῳ δὲ παντὶ ἔπεται, ἡ δ' ἐπιστήμη οὐ παντὶ ἀνθρώπῳ. [b1] ἐὰν οὖν ληφθῇ τὸ A τῶ μὲν B ὅλῳ ὑπάρχειν, τῶ δὲ Γ τινὶ μὴ ἔπεσθαι, αἱ μὲν προτάσεις ψευδεῖς, τὸ δὲ συμπέρασμα ἀληθές.

[56a37] E o mesmo também se dá se a premissa universal for categórica<sup>134</sup> e a premissa parcial for privativa. Pois é possível que A não acompanhe nenhum B e acompanhe todo C, e que B [40] não se atribua a algum C – como, por exemplo, *animal* [A] não acompanha nenhuma *ciência* [B] mas acompanha todo *humano* [C], e *ciência* [B] não acompanha todo *humano*<sup>135</sup> [C]. [b1] Então, caso se assuma que A [*animal*] se atribui inteiramente a B [*ciência*] e que A [*animal*] não acompanha algum C [*humano*], sendo ambas as premissas falsas, a conclusão<sup>136</sup> será verdadeira.

---

Algum *pinguim* [C] não é *humano* [B]    Algum *pinguim* [C] não é *humano* [B] (verdadeira)

<sup>134</sup> Quer dizer, *afirmativa*.

<sup>135</sup> Ou seja, “*ciência* não se atribui a algum *humano*” (ou “algum *humano* não é *ciência*”) – lembrando que proposições do tipo “B não se atribui a todo C” (ou “nem todo C é B”), para Aristóteles, são equivalentes a proposições como “B não se atribui a algum C” (ou “algum C não é B”).

<sup>136</sup> A saber, que “*ciência* [B] não se atribui a algum *humano* [C]” (ou “algum *humano* não é *ciência*”) – conclusão obtida por *Baroco* (ou AOO-2).

#### Capítulo 4 (56b4-57b17)

[Casos na terceira figura nos quais se deduz uma conclusão verdadeira a partir de premissas falsas; é impossível deduzir uma mesma conclusão de um fato e de sua negação]

[56b4] Ἔσται δὲ καὶ ἐν τῷ ἐσχάτῳ σχήματι διὰ ψευδῶν [5] ἀληθές, καὶ ἀμφοτέρων ψευδῶν οὐδῶν ὅλων καὶ ἐπὶ τι ἑκατέρας, καὶ τῆς μὲν ἑτέρας ἀληθοῦς ὅλης τῆς δ' ἑτέρας ψευδοῦς, καὶ τῆς μὲν ἐπὶ τι ψευδοῦς τῆς δ' ὅλης ἀληθοῦς, καὶ ἀνάπαλιν, καὶ ὅσαχῶς ἄλλως ἐγχωρεῖ μεταλαβεῖν τὰς προτάσεις.

[56b4] Haverá também na última<sup>137</sup> figura uma [5] conclusão verdadeira obtida por meio de premissas falsas, tanto (i) quando ambas as premissas forem inteiramente falsas<sup>138</sup>, quanto (ii) quando cada uma delas for parcialmente falsa, (iii) quando uma for inteiramente verdadeira e a outra falsa, (iv) quando uma for parcialmente falsa e a outra for inteiramente verdadeira, e vice-versa, e (v) de quantas outras maneiras for possível dispor as premissas.

[56b9] οὐδὲν γὰρ κωλύει μήτε τὸ Α μήτε τὸ Β μηδενὶ τῷ [10] Γ ὑπάρχειν, τὸ μέντοι Α τινὶ τῷ Β ὑπάρχειν, οἷον οὗτ' ἄνθρωπος οὔτε πεζὸν οὐδενὶ ἀψύχῳ ἔπεται, ἄνθρωπος μέντοι τινὶ πεζῷ ὑπάρχει. ἐὰν οὖν ληφθῇ τὸ Α καὶ τὸ Β παντὶ τῷ Γ ὑπάρχειν, αἱ μὲν προτάσεις ὅλαι ψευδεῖς, τὸ δὲ συμπέρασμα ἀληθές.

[56b9] Pois nada impede que nem A nem B se atribuam a nenhum [10] C, ao passo que A se atribui a algum B – como, por exemplo, nem *humano* [A] nem *bípede*<sup>139</sup> [B] acompanham nenhum *inanimado* [C], ao passo que *humano* [A] se atribui a algum *bípede* [B]. Então, caso se assuma que A [*humano*] e B [*bípede*] se atribuem a todo C<sup>140</sup> [*inanimado*], embora as premissas sejam inteiramente falsas, a conclusão<sup>141</sup> será verdadeira.

[56b14] ὡσαύτως δὲ καὶ τῆς μὲν στερητικῆς τῆς δὲ καταφατικῆς [15] οὔσης. ἐγχωρεῖ γὰρ τὸ μὲν Β μηδενὶ τῷ Γ ὑπάρχειν, τὸ δὲ Α παντί, καὶ τὸ Α τινὶ τῷ Β μὴ ὑπάρχειν, οἷον τὸ μέλαν

<sup>137</sup> Isto é, na terceira figura.

<sup>138</sup> Lembrando que apenas proposições universais podem ser inteiramente falsas, duas das seis deduções na terceira figura poderão ter duas premissas inteiramente falsas, a saber, AAI-3 (ou *Darapti*) e EAO-3 (ou *Felapton*). Todas as demais deduções – IAI-3, AII-3, OAO-3 e EIO-3 (também conhecidas como *Disamis*, *Datisi*, *Bocardo* e *Ferison*) – possuem uma premissa parcial.

<sup>139</sup> Novamente, a fim de facilitar a compreensão (sem prejudicar a estrutura do argumento), substituí “pedestre” (em grego, “πεζός”) por “bípede” (em grego, “δίπους”).

<sup>140</sup> Ou seja, caso se assuma que: (i) “*humano* [A] se atribui a todo *inanimado* [C]” (ou “todo *inanimado* é *humano*”) e (ii) “*bípede* [B] se atribui a todo *inanimado* [C]” (ou “todo *inanimado* é *bípede*”).

<sup>141</sup> A saber, que “*humano* [A] se atribui a algum *bípede* [B]” (ou “algum *bípede* é *humano*”) – obtida por AAI-3 (ou *Darapti*).

οὐδενὶ κύκνῳ, ζῶον δὲ παντί, καὶ τὸ ζῶον οὐ παντὶ μέλανι. ὥστ' ἂν ληφθῆ τὸ μὲν Β παντὶ τῷ Γ, τὸ δὲ Α μηδενί, τὸ Α τινὶ τῷ Β οὐχ ὑπάρξει· καὶ τὸ μὲν συμπέρασμα [20] ἀληθές, αἱ δὲ προτάσεις ψευδεῖς.

**[56b14]** Do mesmo modo também se dá caso uma premissa [15] seja privativa e a outra afirmativa. Pois é possível que B não se atribua a nenhum C, que A se atribua a todo C, e que A não se atribua algum B – como, por exemplo, *negro* [B] não se atribui a nenhum *cisne* [C], *animal* [A] se atribui a todo *cisne* [C], e *animal* [A] não se atribui a algo *negro* [B]. De modo que, assumindo-se que B [*negro*] se atribui a todo C [*cisne*], que A [*animal*] não se atribui a nenhum C [*cisne*], A [*animal*] não se atribuirá a algum B [*negro*] – e a conclusão<sup>142</sup> será [20] verdadeira, embora as premissas<sup>143</sup> sejam falsas.<sup>144</sup>

**[56b20]** καὶ εἰ ἐπὶ τι ἑκατέρω ψευδής, ἔσται τὸ συμπέρασμα ἀληθές. οὐδὲν γὰρ κωλύει καὶ τὸ Α καὶ τὸ Β τινὶ τῷ Γ ὑπάρχειν, καὶ τὸ Α τινὶ τῷ Β, οἷον τὸ λευκὸν καὶ τὸ καλὸν τινὶ ζῶῳ ὑπάρχει, καὶ τὸ λευκὸν τινὶ καλῷ. ἐὰν οὖν τεθῆ τὸ Α καὶ τὸ [25] Β παντὶ τῷ Γ ὑπάρχειν, αἱ μὲν προτάσεις ἐπὶ τι ψευδεῖς, τὸ δὲ συμπέρασμα ἀληθές.

**[56b20]** E se cada uma das premissas for parcialmente falsa, também haverá uma conclusão verdadeira. Pois nada impede que A e B se atribuam a algum C, e A se atribua a algum B – como, por exemplo, *branco* [A] e *belo* [B] se atribuem a algum *animal* [C], e *branco* [A] se atribui a algo *belo* [B]. Então, caso se coloque que A [*branco*] e [25] B [*belo*] sejam atribuídos a todo C [*animal*], embora as premissas<sup>145</sup> sejam parcialmente falsas, a conclusão<sup>146</sup> será verdadeira.

**[56b26]** καὶ στερητικῆς δὲ τῆς Α Γ τιθεμένης ὁμοίως. οὐδὲν γὰρ κωλύει τὸ μὲν Α τινὶ τῷ Γ μὴ ὑπάρχειν, τὸ δὲ Β τινὶ ὑπάρχειν, καὶ τὸ Α τῷ Β μὴ παντὶ ὑπάρχειν, οἷον τὸ λευκὸν τινὶ ζῶῳ οὐχ ὑπάρχει, τὸ δὲ καλὸν [30] τινὶ ὑπάρχει, καὶ τὸ λευκὸν οὐ παντὶ καλῷ. ὥστ' ἂν ληφθῆ τὸ μὲν Α μηδενὶ τῷ Γ, τὸ δὲ Β παντί, ἀμφοτέραι μὲν αἱ προτάσεις ἐπὶ τι ψευδεῖς, τὸ δὲ συμπέρασμα ἀληθές.

---

<sup>142</sup> A saber, que “*animal* [A] não se atribui a algo *negro* [B]” (ou “algo *negro* não é *animal*”) – obtida por EAO-3 (ou *Felapton*).

<sup>143</sup> São elas: (i) “nenhum *cisne* [C] é *animal* [A]” e (ii) “todo *cisne* [C] é *negro* [B]”.

<sup>144</sup> Trata-se de uma versão de EAO-3 (ou *Felapton*), na qual Aristóteles, por alguma razão, inverteu a ordem das premissas.

<sup>145</sup> Ou seja, assumindo-se que: (i) “todo *animal* [C] é *branco* [A]” e (ii) “todo *animal* [C] é *belo* [B]”.

<sup>146</sup> A saber, que “*branco* [A] se atribui a algo *belo* [B]” (ou “algo *belo* é *branco*”) – obtida por *Darapti* (ou AAI-3).

[56b26] E o mesmo também se dá caso se coloque a premissa AC como privativa. Pois nada impede que A não se atribua a algum C, B se atribua a algum C, e A não se atribua a todo B<sup>147</sup> – como, por exemplo, *branco* [A] não se atribui a algum *animal* [C], *belo* [B] [30] se atribui a algum *animal* [C], e *branco* [A] não se atribui a todo *belo*<sup>148</sup> [B]. De modo que, caso se assuma que A [*branco*] não se atribui a nenhum C [*animal*], e B [*belo*] se atribui a todo C [*animal*], sendo ambas as premissas parcialmente falsas, a conclusão<sup>149</sup> será verdadeira.

[56b33] Ὡσαύτως δὲ καὶ τῆς μὲν ὅλης ψευδοῦς τῆς δ' ὅλης ἀληθοῦς λαμβανομένης. ἐγχωρεῖ γὰρ καὶ τὸ A καὶ τὸ B [35] παντὶ τῷ Γ ἔπεσθαι, τὸ μέντοι A τινὶ τῷ B μὴ ὑπάρχειν, οἷον ζῶον καὶ λευκὸν παντὶ κύκνῳ ἔπεται, τὸ μέντοι ζῶον οὐ παντὶ ὑπάρχει λευκῷ. τεθέντων οὖν ὄρων τοιούτων, ἐὰν ληφθῆ τὸ μὲν B ὅλῳ τῷ Γ ὑπάρχειν, τὸ δὲ A ὅλῳ μὴ ὑπάρχειν, ἢ μὲν B Γ ὅλη ἔσται ἀληθής, ἢ δὲ A Γ ὅλη ψευδής, καὶ [40] τὸ συμπέρασμα ἀληθές.

[56b33] Do mesmo modo também se dá assumindo-se uma premissa inteiramente falsa e outra inteiramente verdadeira. Pois é possível que A e B acompanhem [35] todo C, ao passo que A não se atribui a algum B – como, por exemplo, *animal* [A] e *branco* [B] acompanham todo *cisne* [C], ao passo que *animal* [A] não se atribui a todo *branco*<sup>150</sup> [B]. Colocando, então, os termos desse modo, caso se assuma que B [*branco*] se atribui inteiramente a C<sup>151</sup> [*cisne*], e que A [*animal*] não se atribui a C [*cisne*] inteiramente<sup>152</sup>, a premissa BC<sup>153</sup> será inteiramente verdadeira, a premissa AC<sup>154</sup> será inteiramente falsa, e [40] a conclusão<sup>155</sup> será verdadeira.

[56b40] ὁμοίως δὲ καὶ εἰ τὸ μὲν B Γ ψεῦδος, τὸ δὲ A Γ ἀληθές· οἱ γὰρ τοιοῦτοι ὅροι πρὸς τὴν ἀπόδειξιν [57a1] < ἄψυχον > – μέλαν – κύκνος [ἄψυχον].

<sup>147</sup> Quer dizer, que “A não se atribua a **algum** B” (ou “nem todo B seja A” ou “algum B não seja A”).

<sup>148</sup> Quer dizer, “*branco* [A] não se atribui a algo *belo* [B]” (ou “algo *belo* não é *branco*”).

<sup>149</sup> A saber, que “*branco* [A] não se atribui a algo *belo* [B]” (ou “nem tudo o que é *belo* é *branco*” ou “algo *belo* não é *branco*”) – obtida por *Felapton* (ou EAO-3).

<sup>150</sup> Ou seja, que “*animal* [A] não se atribui a **algo branco** [B]” (ou “algo *branco* não é *animal*” ou “nem tudo o que é *branco* é *animal*”).

<sup>151</sup> Ou seja, que “B [*branco*] se atribui a **todo** C [*cisne*]” (ou “todo C [*cisne*] é A [*animal*]”).

<sup>152</sup> Ou seja, que “A [*animal*] não se atribui a **nenhum** C [*cisne*]” (ou “nenhum C [*cisne*] é A [*animal*]”).

<sup>153</sup> “Todo *cisne* é *branco*” (lembrando que Aristóteles não sabia da existência de cisnes negros).

<sup>154</sup> “Nenhum *cisne* é *animal*”.

<sup>155</sup> A saber, que “*animal* [A] não se atribui a algo *branco* [B]” (ou “algo *branco* não é *animal*”) – conclusão obtida por *Felapton* (ou EAO-3). Mais uma vez, vale destacar que Aristóteles apresenta também aqui as premissas em ordem invertida.

[56b40] E o mesmo também se dá caso a premissa BC seja falsa, e a premissa AC seja verdadeira – pois termos como estes<sup>156</sup> fornecem a demonstração: [57a1] *inanimado*, *negro* e *cisne*.<sup>157</sup>

[57a1] ἀλλὰ καὶ εἰ ἀμφοτέραι λαμβάνονται καταφατικά. οὐδὲν γὰρ κωλύει τὸ μὲν Β παντὶ τῷ Γ ἔπεσθαι, τὸ δὲ Α ὅλω μὴ ὑπάρχειν, καὶ τὸ Α τινὶ τῷ Β ὑπάρχειν, οἷον κύκνω παντὶ ζῳον, μέλαν [5] δ' οὐδενὶ κύκνω, καὶ τὸ μέλαν ὑπάρχει τινὶ ζῳῳ. ὥστ' ἂν ληθῆῃ τὸ Α καὶ τὸ Β παντὶ τῷ Γ ὑπάρχειν, ἢ μὲν Β Γ ὅλη ἀληθής, ἢ δὲ Α Γ ὅλη ψευδής, καὶ τὸ συμπέρασμα ἀληθές.

[57a1] Por outro lado, isso também se dá caso ambas as premissas assumidas sejam afirmativas. Pois nada impede que B acompanhe todo C, A não acompanhe C inteiramente, e A se atribua a algum B – como, por exemplo, *animal* [B] se atribui a todo *cisne* [C], *negro* [A] não se atribui [5] a nenhum *cisne* [C], e *negro* [A] se atribui a algum *animal* [B]. De modo que, caso se assumia que A [*negro*] e B [*animal*] se atribuem a todo C [*cisne*], sendo a premissa BC<sup>158</sup> inteiramente verdadeira, e a premissa AC<sup>159</sup> inteiramente falsa, a conclusão<sup>160</sup> também será verdadeira.

[57a8] ὁμοίως δὲ καὶ τῆς Α Γ ληφθείσης ἀληθοῦς· διὰ γὰρ τῶν αὐτῶν ὅρων ἢ ἀπόδειξις.

---

<sup>156</sup> Adoto aqui a variante do manuscrito C<sup>2</sup>: “**τοιοῦτοι** ὅροι” (que traduzi como “termos *como estes*”) – em vez da predominante (e muito criticada) ocorrência de “**αὐτοὶ** ὅροι” (“os *mesmos* termos”). Tal escolha se deve ao fato – observado por Ross, Mignucci e diversos outros comentaristas – de que os *mesmos* termos utilizados no parágrafo anterior (*animal*, *branco* e *cisne*) não permitem criar – independentemente da ordem em que eles sejam dispostos – uma versão de *Felapton* (ou EAO-3), com uma premissa maior verdadeira e uma premissa menor inteiramente falsa, que leve a uma conclusão verdadeira. É certo que C<sup>2</sup> parte de “**καὶ οἱ** τοιοῦτοι ὅροι” (“e termos como estes...”) – e não de “**οἱ γὰρ** τοιοῦτοι ὅροι” (“**pois** termos como estes...”), cuja presença é muito mais frequente e condizente com o restante dos *Primeiros Analíticos*. Embora use variantes oriundas de distintas linhagens de manuscritos, com a intervenção que operei no texto, acredito ter defendido os interesses pretendidos pelo filósofo, eliminando as inconsistências presentes em outras variantes e ilustrando o ponto que Aristóteles se propôs a demonstrar.

<sup>157</sup> Na maior parte dos manuscritos, são listados aqui os termos *negro*, *cisne* e *inanimado* (que, como se pode perceber, não são os *mesmos* do parágrafo anterior). Ross observa que Waitz esteve “indubitavelmente certo” aos descartá-los, já que eles não funcionariam aqui – pelo menos não em tal ordem. No entanto, mudando a ordem – como fiz no texto – para *inanimado*, *negro* e *cisne*, como observa Ross, é possível demonstrar o ponto de Aristóteles. Quer dizer, assumindo-se (i) “*inanimado* [A] não se atribui a nenhum *cisne* [C]” (ou “nenhum *cisne* é *inanimado*”) e (ii) “*negro* [B] se atribui a todo *cisne* [C]” (ou “todo *cisne* é *negro*”), é possível obter a conclusão verdadeira (iii) “*inanimado* [A] não se atribui a algum *negro* [B]” (ou “algo *negro* não é *inanimado*” ou “nem tudo o que é *negro* é *inanimado*”), partindo de uma premissa AC verdadeira e uma premissa BC inteiramente falsa (pelo menos para Aristóteles, que desconhecia a existência de cisnes negros).

<sup>158</sup> “Todo *cisne* [C] é *animal* [B]”.

<sup>159</sup> “Todo *cisne* [C] é *negro* [A]”.

<sup>160</sup> “Algum *animal* [B] é *negro* [A]” (ou “*negro* se atribui a algum *animal*”) – obtida por AAI-3 (ou *Darapti*).

[57a8] E o mesmo também se dá caso se tome a premissa AC verdadeira – pois a demonstração se dará por meio dos mesmos termos.<sup>161</sup>

[57a9] Πάλιν τῆς μὲν ὅλης ἀληθοῦς [10] οὔσης, τῆς δ' ἐπί τι ψευδοῦς. ἐγγωρεῖ γὰρ τὸ μὲν Β παντὶ τῷ Γ ὑπάρχειν, τὸ δὲ Α τινί, καὶ τὸ Α τινὶ τῷ Β, οἷον δίπουν μὲν παντὶ ἀνθρώπῳ, καλὸν δ' οὐ παντὶ, καὶ τὸ καλὸν τινὶ δίποδι ὑπάρχει. ἐὰν οὖν ληθῆ καὶ τὸ Α καὶ τὸ Β ὅλῳ τῷ Γ ὑπάρχειν, ἢ μὲν Β Γ ὅλη ἀληθής, ἢ δὲ [15] Α Γ ἐπί τι ψευδής, τὸ δὲ συμπέρασμα ἀληθές.

[57a9] Novamente<sup>162</sup>, sendo uma premissa inteiramente verdadeira [10] e uma premissa parcialmente falsa. Pois é possível que B se atribua a todo C, A se atribua a algum [C], e A se atribua a algum B – como, por exemplo, *bípede* [B] se atribui a todo *humano* [C], *belo* [A] não se atribui a todo *humano* [C]<sup>163</sup>, e *belo* [A] se atribui a algum *bípede* [B]. Então, caso se assuma que tanto A [*belo*] quanto B [*bípede*] se atribuem inteiramente a C [*humano*], sendo a premissa BC<sup>164</sup> inteiramente verdadeira e a premissa [15] AC<sup>165</sup> parcialmente falsa, a conclusão<sup>166</sup> será verdadeira.

[57a15] ὁμοίως δὲ καὶ τῆς μὲν Α Γ ἀληθοῦς τῆς δὲ Β Γ ἐπί τι ψευδοῦς λαμβανομένης μετατεθέντων γὰρ τῶν αὐτῶν ὄρων ἔσται ἡ ἀπόδειξις.

[57a15] E o mesmo também se dá tomando-se a premissa AC verdadeira e BC parcialmente falsa – pois haverá demonstração partindo dos mesmos termos, colocados em outra ordem.<sup>167</sup>

---

<sup>161</sup> Aqui, diferentemente de 56b40-57a1, é possível demonstrar o ponto de Aristóteles usando os mesmos termos do parágrafo anterior, invertendo apenas a ordem de *animal* e *negro*. Parte-se, então, dos fatos: (i) “*animal* [A] se atribui a todo *cisne* [C]” (ou “todo *cisne* é *animal*”), (ii) “*negro* [B] não se atribui a nenhum *cisne* [C]” (ou “nenhum *cisne* é *negro*”) e (iii) “*animal* [A] se atribui a algo *negro* [B]” (ou “algo *negro* é *animal*”). Em seguida, assume-se como premissas: (i) “*animal* [A] se atribui a todo *cisne* [C]” (ou “todo *cisne* é *animal*”) e (ii) “*negro* [B] se atribui a todo *cisne* [C]” (ou “todo *cisne* é *negro*”) – donde se conclui, por *Darapti* (ou AAI-3), a proposição verdadeira (iii) “*animal* [A] se atribui a algo *negro* [B]” (ou “algo *negro* é *animal*”), partindo de uma premissa maior AC verdadeira e uma premissa menor BC inteiramente falsa (pelo menos para Aristóteles).

<sup>162</sup> Subentenda-se aqui: “é possível obter uma conclusão verdadeira”.

<sup>163</sup> Assim como em 56a11-15 e em 56a32-37, aqui, Aristóteles parece usar “A se atribui a algum C” (ou “algum C é A”) com o sentido de “A se atribui a algum C e não se atribui a algum” (ou “algum C é A e algum C não é A”). Já que aqui estabelece como fato que “*belo* [A] não se atribui a todo *humano* [C]” (ou “algum C não é A”), como se ecoasse a afirmação anterior de que “A se atribui a algum C” (ou “algum C é A”).

<sup>164</sup> “Todo *humano* [C] é *bípede* [B]”.

<sup>165</sup> “Todo *humano* [C] é *belo* [A]”.

<sup>166</sup> A saber, que “algum *bípede* [B] é *belo* [A]” (ou “*belo* se atribui a algum *bípede*”) – obtida por *Darapti* (ou AAI-3).

<sup>167</sup> Quer dizer, invertendo a ordem das premissas e tomando A como *bípede*, B como *belo*, e C como *humano*, também se obtém uma conclusão verdadeira. Nesse caso, temos como fatos: (i) “A [*bípede*] se atribui a todo C [*humano*]”, (ii) “B [*belo*] se atribui algum C [*humano*]”, e (iii) “A [*bípede*] se atribui

[57a18] καὶ τῆς μὲν στερητικῆς τῆς δὲ καταφατικῆς οὔσης. ἐπεὶ γὰρ ἐγχωρεῖ τὸ μὲν Β ὅλῳ τῷ Γ ὑπάρχειν, τὸ δὲ Α [20] τινί, καὶ ὅταν οὕτως ἐχῶσιν, οὐ παντὶ τῷ Β τὸ Α, ἐὰν οὖν ληφθῆ τὸ μὲν Β ὅλῳ τῷ Γ ὑπάρχειν, τὸ δὲ Α μηδενί, ἢ μὲν στερητικὴ ἐπὶ τι ψευδῆς, ἢ δ' ἑτέρα ὅλη ἀληθῆς καὶ τὸ συμπέρασμα.

[57a18] E também a partir de uma premissa privativa e uma premissa afirmativa.<sup>168</sup> Pois, uma vez que é possível que B se atribua inteiramente a C, que A se atribua [20] a algum C, e que – quando os termos estejam dispostos desse modo – A não se atribua a todo B<sup>169</sup>; então, caso se assuma que B se atribui inteiramente a C e que A não se atribui a nenhum [C], sendo a premissa privativa parcialmente falsa, a outra premissa será inteiramente verdadeira, assim como a conclusão.<sup>170</sup>

[57a23] πάλιν ἐπεὶ δέδεικται ὅτι τοῦ μὲν Α μηδενὶ ὑπάρχοντος τῷ Γ, τοῦ δὲ Β τινί, ἐγχωρεῖ τὸ Α τινὶ τῷ Β [25] μὴ ὑπάρχειν, φανερόν ὅτι καὶ τῆς μὲν Α Γ ὅλης ἀληθοῦς οὔσης, τῆς δὲ Β Γ ἐπὶ τι ψευδοῦς, ἐγχωρεῖ τὸ συμπέρασμα εἶναι ἀληθές. ἐὰν γὰρ ληφθῆ τὸ μὲν Α μηδενὶ τῷ Γ, τὸ δὲ Β παντί, ἢ μὲν Α Γ ὅλη ἀληθῆς, ἢ δὲ Β Γ ἐπὶ τι ψευδῆς.

[57a23] Novamente, uma vez que se mostrou<sup>171</sup> que, A não se atribuindo a nenhum C e B se atribuindo a algum C, é possível que A [25] não se atribua a algum B, é evidente que, sendo a

---

a algum B [*belo*]. Então, partindo das premissas (i) “*bípede* [A] se atribui a todo *humano* [C]” (ou “todo *humano* é *bípede*”) e (ii) “*belo* [B] se atribui a todo *humano* [C]” (ou “todo *humano* é *belo*”), deduz-se a proposição verdadeira (iii) “*bípede* [A] se atribui a algum *belo* [B]” (ou “algum *belo* é *bípede*”) – por *Darapti* (ou AAI-3), a partir de uma premissa maior AC verdadeira e uma premissa menor BC parcialmente falsa.

<sup>168</sup> Subentenda-se: “é possível obter uma conclusão verdadeira, sendo uma premissa verdadeira e uma premissa parcialmente falsa”.

<sup>169</sup> Ou seja, que “A não se atribua a algum B” (ou “nem todo B é A” ou “algum B não é A”).

<sup>170</sup> Como se pode perceber, Aristóteles não fornece um exemplo aqui. Mignucci propõe tomar A como *branco*, B como *animal*, e C como *humano*. Nesse caso, serão fatos: (i) “A [*branco*] se atribui a algum C [*humano*]”, (ii) “B [*animal*] se atribui a todo C [*humano*]”, e (iii) “A [*branco*] não se atribui a algum B [*animal*]”. Então, partindo das premissas (i) “*branco* [A] não se atribui a nenhum *humano* [C]” (ou “nenhum *humano* é *branco*”) e (ii) “*animal* [B] se atribui a todo *humano* [C]” (ou “todo *humano* é *animal*”), deduz-se, por *Felapton* (ou EAO-3), a proposição verdadeira (iii) “*branco* [A] não se atribui a algum *animal* [B]” (ou “algum *animal* não é *branco*”) – sendo a premissa negativa (i) parcialmente falsa e a premissa afirmativa (ii) verdadeira.

<sup>171</sup> Embora não tenha encontrado nos comentários nenhuma referência à passagem do capítulo 6 do livro I onde Aristóteles apresenta a dedução EIO-3 (ou *Ferison*), a meu ver, é evidente que o filósofo aqui se refere a ela. Lá, ele diz: “pois se P não se atribui a nenhum S, e R se atribui a algum S [logo, S se atribui a algum R], P não se atribuirá a algum R” (28b33-34), provando EIO-3, que se reduz a EIO-1 (ou *Ferio*) com a simples conversão da premissa menor (como acrescentei nos colchetes acima). Como bem observa Smith, no entanto, vale destacar que não é só **possível** como também é **necessário** que “A não se atribui a algum B” (ou “algum B não é A”), caso seja verdade que (i) “A não se atribui a nenhum C” (ou “nenhum C é A”) e (ii) “B se atribui a algum C” (ou “algum B é C”). De todo modo, o

premissa AC inteiramente verdadeira, e a premissa BC parcialmente falsa, é possível haver uma conclusão verdadeira. Pois, caso se assuma que A não se atribui a nenhum C, e que B se atribui a todo C, a premissa AC será inteiramente verdadeira, ao passo que a premissa BC será parcialmente falsa.<sup>172</sup>

[57a29] Φανερόν δὲ καὶ ἐπὶ τῶν ἐν μέρει συλλογισμῶν ὅτι πάντως [30] ἔσται διὰ ψευδῶν ἀληθές. οἱ γὰρ αὐτοὶ ὅροι ληπτέοι καὶ ὅταν καθόλου ᾧσιν αἱ προτάσεις, οἱ μὲν ἐν τοῖς κατηγορικοῖς κατηγορικοί, οἱ δ' ἐν τοῖς στερητικοῖς στερητικοί. οὐδὲν γὰρ διαφέρει μηδενὶ ὑπάρχοντος παντὶ λαβεῖν ὑπάρχειν, καὶ τινὶ ὑπάρχοντος καθόλου λαβεῖν ὑπάρχειν, πρὸς [35] τὴν τῶν ὄρων ἔκθεσιν· ὁμοίως δὲ καὶ ἐπὶ τῶν στερητικῶν.

[57a29] É evidente que também nas deduções parciais<sup>173</sup> [30] haverá – de todos os modos – uma conclusão verdadeira obtida por meio de premissas falsas. Pois deve-se assumir os mesmos termos que foram assumidos quando ambas as premissas são universais<sup>174</sup> – termos

---

que Aristóteles faz nesta passagem é – assumindo como fatos as premissas (e a conclusão) de uma dedução EIO-3: (i) “A não se atribui a nenhum C” e (ii) “B se atribui a algum C”, logo, (iii) “A não se atribui a algum B” – substituir a segunda premissa por uma premissa universal (que, portanto, será parcialmente falsa), obtendo assim uma versão de EAO-3 (ou *Felapton*) com a premissa maior verdadeira, a segunda premissa (parcialmente) falsa e a conclusão verdadeira: (i) “A não se atribui a nenhum C” e (ii) “B se atribui a **todo** C”, logo, (iii) “A não se atribui a algum B”.

<sup>172</sup> Para ilustrar o que Aristóteles diz, tomemos A como *planta*, B como *verde*, e C como *lagarto*. Nesse caso, serão fatos: (i) “A [*planta*] não se atribui a nenhum C [*lagarto*]” (ou “nenhum *lagarto* é *planta*”), (ii) “B [*verde*] se atribui a algum C [*lagarto*]” (ou “algum *lagarto* é *verde*”), e (iii) “A [*planta*] não se atribui a algum B [*verde*]” (ou “algo *verde* não é *planta*”). Então, partindo das premissas (i) “*planta* [A] não se atribui a nenhum *lagarto* [C]” (ou “nenhum *lagarto* é *planta*”) e (ii) “*verde* [B] se atribui a todo *lagarto* [C]” (ou “todo *lagarto* é *verde*”), deduz-se a proposição verdadeira (iii) “*planta* [A] não se atribui a algo *verde* [B]” (ou “algo *verde* não é *planta*”) – sendo a premissa (i) (ou AC) inteiramente verdadeira e a premissa (ii) (ou BC) parcialmente falsa.

<sup>173</sup> Ressaltando que todas as deduções da terceira figura produzem apenas conclusões *parciais* – inclusive as duas deduções que possuem ambas as premissas universais (que, vale destacar, foram as únicas tratadas até agora neste capítulo) –, Crubellier é perspicaz ao observar que, por “deduções parciais”, Aristóteles se refere aqui às deduções que possuem uma *premissa* parcial. Nunca é demais lembrar que não existe dedução sem uma premissa universal, ou seja, que não há dedução com duas premissas parciais – ainda que existam deduções com duas premissas *singulares* ou *individuais* (em grego, καθ' ἕκαστα), como, por exemplo: (i) “*Sócrates* é *cativante*”, (ii) “*Sócrates* é *careca*”, portanto, (iii) “algum *careca* é *cativante*” (dedução esta que se assemelha mais a AAI-3 do que a III-3, que é uma forma inválida).

<sup>174</sup> É importante observar que, em toda parte anterior deste capítulo, Aristóteles se dedicou exclusivamente às deduções com duas premissas universais – a saber, *Darapti* (ou AAI-3) e *Felapton* (ou EAO-3) –, ainda que a terceira figura conte com *quatro* outras formas dedutivas válidas, que partem de uma premissa universal e uma premissa parcial. Neste parágrafo – que é o único dedicado às deduções com uma premissa parcial na terceira figura –, então, o que Aristóteles parece querer dizer é que os mesmos termos que funcionam para AAI-3 também funcionam para IAI-3 (ou *Disamis*) e para AII-3 (ou *Datisi*), assim como os mesmos termos que funcionam para EAO-3 também funcionam para OAO-3 (ou *Bocardo*) e para EIO-3 (ou *Ferison*) – entendendo “funcionar” como “produzir uma conclusão verdadeira a partir de uma ou duas premissas falsas”. Vale notar que Aristóteles fez *quase*

categoricos<sup>175</sup> nas deduções categoricas<sup>176</sup> e termos privativos<sup>177</sup> nas deduções privativas.<sup>178</sup> Pois, para [35] a exposição dos termos<sup>179</sup>, em nada difere assumir um termo que não se atribui a nenhum como sendo atribuído a todo, ou assumir um termo que se atribui a algum como sendo atribuído universalmente<sup>180</sup> – e o mesmo também se dá no caso das deduções privativas.<sup>181</sup>

[57a36] Φανερόν οὖν ὅτι ἂν μὲν ἦ τὸ συμπέρασμα ψευδὸς, ἀνάγκη, ἐξ ὧν ὁ λόγος, ψευδῆ εἶναι ἢ πάντα ἢ ἕνια, ὅταν δ' ἀληθές, οὐκ ἀνάγκη ἀληθές εἶναι οὔτε τι οὔτε πάντα, ἀλλ' ἔστι μηδενός

---

todas as combinações possíveis para as deduções com duas premissas universais: (i) duas premissas inteiramente falsas (56b9-20); (ii) duas premissas parcialmente falsas (56b20-33); (iii) uma premissa inteiramente falsa e uma premissa verdadeira (56b33-57a9); e (iv) uma premissa parcialmente falsa e uma premissa verdadeira (57a9-28). Porém, como bem observa Mignucci, o filósofo não apresentou os casos com uma premissa inteiramente falsa e uma premissa parcialmente falsa – e, então, o tradutor italiano supriu tal lacuna em sua belíssima nota para este parágrafo (cf. Mignucci, pp. 603-608), na qual também mostrou como os casos de AAI-3 e EAO-3 funcionam para as demais deduções (aquelas com uma premissa parcial) na terceira figura.

<sup>175</sup> Quer dizer, “termos *afirmativos*”, ou melhor, “termos que se atribuem [afirmativa ou categoricamente] aos seus sujeitos”.

<sup>176</sup> Ou seja, “deduções *afirmativas*” (isto é, deduções cujas conclusões são afirmativas).

<sup>177</sup> Leia-se: “termos cujos sujeitos estão privados deles” ou, simplesmente, “termos que **não** se atribuem a determinados sujeitos”.

<sup>178</sup> Ou seja, “deduções *negativas*” (isto é, deduções cujas conclusões são negativas).

<sup>179</sup> Por “para a exposição dos termos” (“πρὸς τὴν τῶν ὄρων ἔκθεσιν”), pode-se entender: “para dispor os termos de um modo que se prove o que foi proposto [a saber, que é possível obter uma conclusão verdadeira a partir de uma ou duas premissas falsas]”.

<sup>180</sup> Como exemplo dos casos afirmativos, tomemos 56b9-14. Lá, Aristóteles toma como fatos: (i) “*humano* [A] não se atribui a nenhum *inanimado* [C]”, (ii) “*bípede* [B] não se atribui a nenhum *inanimado* [C]” e (iii) “*humano* [A] se atribui a algum *bípede* [B]”. Em seguida, o filósofo prova que, de duas premissas inteiramente falsas – (i’) “*humano* [A] se atribui a todo *inanimado* [C]” e (ii’) “*bípede* [B] se atribui a todo *inanimado* [C]” –, é possível deduzir (por *Darapti* ou AAI-3) uma conclusão verdadeira: (iii) “*humano* [A] se atribui a algum *bípede* [B]”. Ora, a mesma conclusão (iii) também poderia ser obtida de uma premissa inteiramente falsa e de uma premissa **parcial** falsa – tanto de (i’) “*humano* [A] se atribui a todo *inanimado* [C]” e (ii’) “*bípede* [B] se atribui a **algo** *inanimado* [C]” (por AII-3 ou *Datisi*); quanto como de (i’’) “*humano* [A] se atribui a **algo** *inanimado* [C]” e (ii’’) “*bípede* [B] se atribui a todo *inanimado* [C]” (por IAI-3 ou *Disamis*).

<sup>181</sup> No caso negativo, tomemos o exemplo de 56b33-40, onde Aristóteles toma como fatos: (i) “*animal* [A] se atribui a todo *cisne* [C]”, (ii) “*branco* [B] se atribui a todo *cisne* [C]” e (iii) “*animal* [A] não se atribui a algo *branco* [B]”; a partir disso, assumindo-se a premissa inteiramente falsa (i’) “*animal* não se atribui a nenhum *cisne* [C]” e a premissa verdadeira (ii) “*branco* [B] se atribui a todo *cisne* [C]”, conclui-se (por EAO-3 ou *Felapton*) que (iii) “*animal* [A] não se atribui a algo *branco* [B]”. Ora, a mesma conclusão (iii) também poderia ser obtida de uma premissa falsa (mas não inteiramente) (i’’) “*animal* não se atribui a **algum** *cisne* [C]” (ou “algum *cisne* não é *animal*”) e da premissa verdadeira (para Aristóteles) (ii) “*branco* [B] se atribui a todo *cisne* [C]” (ou “todo *cisne* é *branco*”) – por OAO-3 (ou *Bocardo*); bem como da premissa inteiramente falsa (i’’) “*animal* não se atribui a nenhum *cisne* [C]” (ou “nenhum *cisne* é *animal*”) e da premissa (parcialmente) verdadeira (ii’) “*branco* [B] se atribui a **algum** *cisne* [C]” (ou “algum *cisne* é *branco*”) – por EIO-3 (ou *Ferison*).

ὄντος ἀληθοῦς τῶν ἐν τῷ συλλογισμῷ τὸ συμπέρασμα [40] ὁμοίως εἶναι ἀληθές· οὐ μὴν ἐξ ἀνάγκης.

[57a36] É evidente, então, que, se a conclusão for falsa, é necessário que as premissas<sup>182</sup> das quais parte o argumento – todas ou algumas – sejam falsas<sup>183</sup>; já quando a conclusão for verdadeira<sup>184</sup>, não é necessário que as premissas sejam verdadeiras – nem algumas nem todas –, aliás, mesmo quando nenhuma das premissas na dedução for verdadeira, [40] também é possível que a conclusão seja verdadeira – só que não por necessidade.<sup>185</sup>

[57a40] αἴτιον δ' ὅτι [b1] ὅταν δύο ἔχη οὕτω πρὸς ἀλλήλα ὥστε θατέρου ὄντος ἐξ ἀνάγκης εἶναι θάτερον, τούτου μὴ ὄντος μὲν οὐδὲ θάτερον ἔσται, ὄντος δ' οὐκ ἀνάγκη εἶναι θάτερον·

[57a40] A causa disso é que, [b1] quando se tem duas coisas que se relacionam entre si de tal modo que, do fato de uma delas ser, a outra necessariamente é, não sendo a segunda coisa, a primeira também não será, ao passo que, sendo a segunda, a primeira não necessariamente será.<sup>186</sup>

---

<sup>182</sup> Embora Aristóteles não use aqui o termo “premissas” (ou “προτάσεις”), ele se refere às coisas “das quais parte o argumento” – “ἐξ ὧν ὁ λόγος”. Logo, tais coisas não podem ser senão *premissas* ou *proposições*, já que um *termo* em si mesmo não pode ser considerado como verdadeiro ou falso. Em vez de “premissas”, Crubellier optou por “elementos”.

<sup>183</sup> Em outras palavras, se a conclusão de uma dedução é falsa, então, necessariamente, uma de suas premissas ou ambas devem ser falsas. Como define o filósofo no capítulo de abertura dos *Primeiros Analíticos*: “a dedução [συλλογισμὸς] é um argumento [λόγος] no qual, uma vez que certas coisas sejam colocadas, algo diferente das coisas estabelecidas necessariamente resulta do fato de tais coisas serem” (24b18-20). Logo, se um argumento é de fato uma dedução – ou, em outras palavras, se ele possui uma forma válida – e suas premissas são ambas verdadeiras, necessariamente, a sua conclusão também será verdadeira. Relembrando o que Aristóteles disse no início de II, 2: “de premissas verdadeiras não se deduz uma conclusão falsa, mas é possível deduzir uma conclusão verdadeira de premissas falsas” (53b7-8). Eis que, aqui, o filósofo encerra a sua proposta de mostrar os casos – nas três figuras da dedução – em que é possível obter uma conclusão verdadeira partindo de premissas falsas.

<sup>184</sup> Leia-se: “quando a conclusão *de uma dedução* [ou *de um argumento*] for verdadeira”.

<sup>185</sup> Quer dizer, Aristóteles demonstrou – neste capítulo e nos dois anteriores – que é possível obter uma conclusão verdadeira a partir de premissas falsas. Portanto, o fato de uma conclusão ser verdadeira não implica que as premissas das quais ela foi inferida também sejam verdadeiras. Por outro lado, como deduções com premissas falsas também podem implicar conclusões falsas, em casos em que nem todas as premissas de uma dedução forem verdadeiras, a verdade da conclusão não será *necessária*, mas meramente *acidental*.

<sup>186</sup> Fazendo eco a 53b11-15, Aristóteles parece expor aqui um princípio proposicional: se (i) “A implica necessariamente B”, então (ii) “não B” implica (iii) “não A” (o que equivale ao argumento hoje conhecido como *negação do conseqüente* ou *modus tollens*); porém, assumindo apenas (iv) “B”, não é possível garantir necessariamente que (v) “A” (isso equivaleria à falácia hoje conhecida como *falácia da afirmação do conseqüente*). Exemplificando: se (i) “chover [A] implica necessariamente que o chão fica molhado [B]”, então (ii) “o chão não está molhado [não B]” implica (iii) “não choveu [não A]”; porém, se se sabe que (iv) “o chão está molhado [B]”, não é possível garantir necessariamente que (v) “choveu [A]” (afinal, o chão pode ter sido molhado de outros modos).

Em síntese: (i) uma dedução com premissas verdadeiras garante que sua conclusão será verdadeira; (ii) se uma dedução possui uma conclusão falsa, é certo que ao menos uma de suas premissas é falsa; mas

[57b3] τοῦ δ' αὐτοῦ ὄντος καὶ μὴ ὄντος ἀδύνατον ἐξ ἀνάγκης εἶναι τὸ αὐτό· λέγω δ' οἷον τοῦ [5] A ὄντος λευκοῦ τὸ B εἶναι μέγα ἐξ ἀνάγκης, καὶ μὴ ὄντος λευκοῦ τοῦ A τὸ B εἶναι μέγα ἐξ ἀνάγκης. ὅταν γὰρ τουδὶ ὄντος λευκοῦ, τοῦ A, τοδὶ ἀνάγκη μέγα εἶναι, τὸ B, μεγάλου δὲ τοῦ B ὄντος τὸ Γ μὴ λευκόν, ἀνάγκη, εἰ τὸ A λευκόν, τὸ Γ μὴ εἶναι λευκόν. καὶ ὅταν δύο ὄντων θατέρου ὄντος [10] ἀνάγκη θάτερον εἶναι, τούτου μὴ ὄντος ἀνάγκη τὸ πρῶτον μὴ εἶναι. τοῦ δὴ B μὴ ὄντος μεγάλου τὸ A οὐχ οἷόν τε λευκόν εἶναι. τοῦ δὲ A μὴ ὄντος λευκοῦ εἰ ἀνάγκη τὸ B μέγα εἶναι, συμβαίνει ἐξ ἀνάγκης τοῦ B μεγάλου μὴ ὄντος αὐτὸ τὸ B εἶναι μέγα· τοῦτο δ' ἀδύνατον. εἰ γὰρ τὸ B μὴ ἔστι μέγα, [15] τὸ A οὐκ ἔσται λευκόν ἐξ ἀνάγκης. εἰ οὖν μὴ ὄντος τούτου λευκοῦ τὸ B ἔσται μέγα, συμβαίνει, εἰ τὸ B μὴ ἔστι μέγα, εἶναι μέγα, ὡς διὰ τριῶν.

[57b3] Mas é impossível que uma mesma coisa seja necessária<sup>187</sup> tanto do fato de uma certa coisa ser quanto do fato dessa coisa não ser<sup>188</sup> – dizendo, por exemplo, que [5] B seja necessariamente *grande*<sup>189</sup> do fato de A ser *branco*, quanto B seja necessariamente *grande* do fato de A não ser *branco*. Quando, pois, deste objeto A sendo *branco*, é necessário que aquele objeto B seja *grande*, e, de B sendo *grande*, que C seja *não branco*, é necessário que, se A for *branco*, C não seja *branco*.<sup>190</sup> E quando duas coisas sejam tais que, do fato de uma ser, a outra [10] necessariamente é, desta segunda coisa não sendo, a primeira coisa necessariamente não será.<sup>191</sup> Ora, se B não for *grande*, A não poderá ser *branco*.<sup>192</sup> Porém, se, de A não sendo *branco*, é necessário que B seja *grande*, segue-se necessariamente que<sup>193</sup>, de B não sendo

---

(iii) o fato de que a conclusão de uma dedução seja verdadeira não garante que as premissas de tal dedução também sejam verdadeiras (ainda que esse possa ser o caso).

<sup>187</sup> Por “seja necessária”, pode-se entender “seja *uma consequência* necessária”. Como bem apontou o parecerista deste trabalho, aqui, a expressão “ἐξ ἀνάγκης” tem uma função adverbial, qualificando o modo como a coisa é (εἶναι) – e, portanto, sua tradução mais literal seria “necessariamente” (e não “necessária”).

<sup>188</sup> Quer dizer, é óbvio que a soma dos ângulos internos de um triângulo será necessariamente igual a 180° (pelo menos em superfícies planas), tanto quando chove, quanto quando não chove; porém, tal necessidade não poderia ser uma consequência do fato de ter chovido e do fato de **não** ter chovido.

<sup>189</sup> Entendendo aqui “B seja necessariamente *grande*” (ou “B seja *grande* por necessidade”) como “B seja *grande* como uma consequência necessária [de A e, ao mesmo tempo, de não A]”.

<sup>190</sup> Trata-se de uma versão aristotélica do argumento proposicional conhecido hoje como *silogismo hipotético*: (i) “A implica B” e (ii) “B implica não C”, portanto, (iii) “A implica não C”.

<sup>191</sup> Aristóteles ecoa o que havia dito no capítulo 2: “se, sendo A, é necessário que B também seja, então, B não sendo, é necessário que A também não seja” (53b12-13) – argumento também conhecido como *negação do consequente* ou *modus tollens*.

<sup>192</sup> Assumindo, é claro, o que Aristóteles havia suposto antes: “quando [...] deste objeto A sendo *branco*, é necessário que aquele objeto B seja *grande*”.

<sup>193</sup> Outra tradução possível para “συμβαίνει ἐξ ἀνάγκης” é “conclui-se necessariamente que”.

*grande*, o mesmo B é *grande*<sup>194</sup> – o que é impossível.<sup>195</sup> Pois, se B não é *grande*, [15] A não será *branco* necessariamente. Então, se, do fato deste [A] não ser *branco*, B será *grande*, segue-se que, se B não for *grande*, [B] é *grande* – como ocorreria por meio de três termos.<sup>196</sup>

Tomás Troster  
*Universidade de Brasília*

### *Referências bibliográficas*

- BEKKER, I. (1831) *Aristoteles Opera*. Berlin: Königlichem Preußischen Akademie der Wissenschaften. v. 1.
- BONTEMPI, M. (2016) *Aristotele: Analitici Primi*. Saggio introduttivo, traduzione, note e apparato. In: MIGLIORI, M. (coord.) *Aristotele: Organon*. Milano: Bompiani.
- CANDEL SANMARTÍN, M. (1988) *Aristóteles: Tratados de Lógica (Órganon) II: Sobre la Interpretación; Analíticos Primeros; Analíticos Segundos*. Introducciones, traducciones y notas. Madrid: Gredos.
- CRUBELLIER, M. (2014) *Aristote: Premiers Analytiques*. Traduction et présentation. Paris: Flammarion.
- LUKASIEWICZ, J. (1957) *Aristotle's Syllogistic – from the standpoint of modern formal logic*. Oxford: Clarendon Press.
- MIGNUCCI, M. (1969) *Aristotele: Gli Analitici Primi*. Traduzione, introduzione e commento. Napoli: Luigi Loffredo.
- ROSS, W. D. (1949) *Aristotle's Prior and Posterior Analytics*. A revised text with introduction and commentary. Oxford: Clarendon Press.

---

<sup>194</sup> Aqui, “o mesmo B é *grande*” é uma consequência das premissas (do *silogismo hipotético*): (i) “se B não for *grande*, A não poderá ser *branco*” e (ii) “se, de A não sendo *branco*, é necessário que B seja *grande*”.

<sup>195</sup> Em sua extensa nota a esta passagem, Smith observa que “alguns comentadores apontaram que a ‘impossibilidade’ deduzida [aqui] não é de fato impossível” (p. 191). Em seguida, o tradutor se remete a um trecho do livro de Lukasiewicz, onde lemos: “ao comentar esta passagem, Maier diz que aqui haveria uma conexão contrária à lei da contradição, que, portanto, seria absurda. Esse comentário revela mais uma vez a ignorância de Maier sobre a lógica. Não é a implicação ‘se não  $\beta$ , então  $\beta$ ’ que é contrária à lei da contradição, mas apenas a conjunção ‘ $\beta$  e não  $\beta$ ’” (p. 50). De fato, se aceitarmos que toda implicação (ou proposição do tipo “se  $\alpha$ , então  $\beta$ ”) for meramente *condicional*, não há nenhuma contradição em dizer que “se não  $\beta$ , então  $\beta$ ”, já que o antecedente “não  $\beta$ ” seria apenas hipotético e, por conseguinte, o seu consequente “ $\beta$ ” também seria meramente hipotético. Porém, se assumirmos que, de um par de proposições contraditórias – como “ $\beta$ ” e “não  $\beta$ ” – uma sempre é verdadeira, então, a conjunção da implicação “se não  $\beta$ , então  $\beta$ ” com a premissa implícita “não  $\beta$ ” (ou a conjunção da implicação “se  $\beta$ , então não  $\beta$ ” com a premissa implícita “ $\beta$ ”) implicaria na contradição “ $\beta$  e não  $\beta$ ”.

<sup>196</sup> Quer dizer, como ocorreria no exemplo apresentado antes por Aristóteles: (i) “se A é *branco*, então, B é *grande*” e (ii) “se B é *grande*, então, C é *não grande*”, portanto, (iii) “se A é *branco*, então, C é *não branco*” – como se B fosse equivalente a dois termos, tais como A e C no exemplo, assumindo que (i) “se B não for *grande*, A não poderá ser *branco*” e (ii) “se, de A não sendo *branco*, é necessário que B seja *grande*”.

SANTOS, R. (2016) *Aristóteles: Categorias; Da interpretação*. Introdução, tradução e notas. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

SMITH, R. (1989) *Aristotle: Prior Analytics*. Translated, with introduction, notes and commentary. Indianapolis; Cambridge: Hackett.

TAYLOR, T. (1807) *The works of Aristotle – vol. 1: The Organon*. Translated from the Greek, with copious elucidations, from the commentaries of Ammonius and Simplicius. London: Robert Wilks.

TREDENNICK, H. (1938) *Aristotle: Prior Analytics*. Introduction, edition and translation. Massachusetts: Harvard University Press. (Loeb Classical Library – Aristotle v. I)

TRICOT, J. (1966) *Aristote: Organon III – Les premiers analytiques*. Traduction et notes. Paris: Vrin.

WAITZ, T. (1844) *Aristotelis Organon Graece*. Leipzig: Hahn.